



UFRRJ

Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro - UFRRJ

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Instituto de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI

Luana Luiza Galoni Pereira

**A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino
em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento
institucional por maioria**

Seropédica, RJ

2020

Luana Luiza Galoni Pereira

A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para Defesa, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.

Seropédica, RJ
2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436i Pereira, Luana Luiza Galoni, 05/01/1996-
A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do
sexo feminino em acolhimento institucional:
Analisando o processo de desligamento institucional
por maioria / Luana Luiza Galoni Pereira. -
Seropédica, 2020.
104 f.: il.

Orientadora: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia (PPGPSI), 2020.

1. Desligamento Institucional por maioria. 2.
Casa de Acolhimento Institucional. 3. Adolescência.
4. Inserção Ecológica. I. Peixoto, Ana Cláudia de
Azevedo, 19/07/1973-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia (PPGPSI) III. Título.

Luana Luiza Galoni Pereira

**A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em
acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por
maioridade**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro para Defesa, sob a orientação da
Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo
Peixoto.

Área de Concentração: Tratamento e Prevenção Psicológica
Defendido em: 20/10/2020

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Princeswal
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Seropédica, RJ

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma única e sem igual, a cada familiar, amigo e companheiro de pesquisa que fez possível dar continuidade a esse trabalho em meio a tempos tão incertos.

Agradeço à minha orientadora Ana Cláudia de Azevedo Peixoto, por fazer do processo de escrita algo mais leve.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRRJ, pelas aulas e ensinamentos que me fizeram mestre de forma tão orgânica e especial.

Agradeço as amigas de profissão e pesquisa, Grazielly, Ilanna, Gabriela, Gabriella, Sandra, Carolina e Karol por todo apoio e paciência com minha escrita acadêmica em meio a dores e por sujarem as mãos com os mesmos sonhos e frustrações, por irem, junto, sempre, a lugares que nem todos gostam de ir. E à Mayra que me foi tão solícita na ajuda em análise dos dados.

Agradeço aos amigos queridos, Thaís, Jéssica, Éder, Beatriz, Raphaele, Nathalia, Valesca, Vânia, Igor, Pablo, Vizi, Rafaela Diego, Joyce, Polly, Júlio, Ana, Babi e Daniel, por, em meio a dores de Covid, me ouvirem, cuidarem e se preocuparem comigo. A força de vocês, foi, por certo, minha força, principalmente nos momentos em que a escrita veio com lágrimas de dor. Agradeço ao Isma, por, de uma forma torta e linda, me acolher, ouvir e sempre me ver para além de mim mesma, além até de minhas palavras.

Agradeço aos profissionais de saúde que me cuidaram nesse período, física e emocionalmente, Raphael Ávila, Lissa Cardozo, Ana Olívia e Graciela.

Agradeço à minha família, pelo básico, pelo tudo.

Agradeço, por certo, à minha poesia e todos que conheci e me aproximei esse ano por ela. À escrita que vem por inspiração e transpiração e que me sustentou durante todos esses meses, que me faz olhar para a pedra e não ver só pedra.

Agradeço a Deus, pelo insustentável.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a todas as adolescentes da Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras, que, à revelia de tudo, seguem fazendo muito do pouco que lhes foi oferecido.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.

Ferreira Gullar

RESUMO

GALONI, Luana Luiza. A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria. Dissertação do Mestrado em Psicologia. Orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

O acolhimento institucional no Brasil é uma medida de última instância e provisória, contudo, ainda existe, segundo dados pesquisados, um número relevante de crianças e adolescentes afastados da convivência familiar e comunitária. Quando se trata, mais especificamente de adolescentes, nos deparamos com a problemática do desligamento institucional por maioria. Pensando no processo de institucionalização que esses adolescentes são submetidos por um tempo maior que o previsto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o processo de desligamento institucional por maioria de adolescentes do sexo feminino em situação de Acolhimento Institucional em uma casa de acolhimento na cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Foi realizada uma pesquisa-ação através da metodologia da Inserção Ecológica, analisando os resultados obtidos pelo modelo Pessoa-Processo-Contexto-Tempo) com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento de Bronfenbrenner. Para tal, utilizou-se uma combinação de diferentes métodos e instrumentos como: roda de Conversa, diário de Campo e entrevistas semiestruturadas. Participaram desse estudo 4 profissionais da equipe técnica da referida casa de acolhimento, 3 psicólogas do Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes 10 adolescentes acolhidas e 1 adolescente recém-desligada da instituição. Os resultados obtidos nessa pesquisa revelam uma grande lacuna técnico-metodológica na realidade das instituições de acolhimento no que se refere ao desligamento por maioria, bem como, dificuldades para se estabelecer um processo de desinstitucionalização de forma exitosa, com menos custos e prejuízos para o adolescente, e entraves nos processos legais e de políticas públicas que poderiam auxiliar nesse processo. É urgente investir em ações e intervenções que auxiliem tanto a equipe técnica das instituições de acolhimento, quanto os adolescentes nesse processo de desinstitucionalização. Espera-se que esse estudo sirva como subsídio para pesquisas futuras que visem pensar programas e ações de intervenção com essa população.

Palavras-chave: Casa de Acolhimento; Adolescência; Desligamento Institucional por Maioria; Inserção Ecológica.

ABSTRACT

GALONI, Luana Luiza. The Ecological Insertion in research with female adolescents in institutional care: Analyzing the process of institutional disconnection by adulthood of the Master in Psychology. Advisor Dr. Ana Claudia de Azevedo Peixoto. Institute of Psychology, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

The institutional reception in Brazil is a measure of last resort and provisional, in spite of this, there is still a significant number of children and adolescents away from family and community life. When it comes, more specifically to adolescents, we are commence to the problem of institutional disconnection by adulthood, thinking about the process of institutionalization that these adolescents are submitted for a longer time than expected, the present study had as general objective to analyze the process of institutional disconnection by adulthood of female adolescents in an institutional welcoming situation in a host house in the city of Nova Iguaçu/RJ. An action research was carried out through the methodology of Ecological Insertion, analyzing the results obtained by the Person-Process-Context-Time model based on the Bronfenbrenner Bioecological Theory of Development. For this purpose, we used a combination of different methods and instruments such as: Conversation Wheel, Field Diary and Semi-structured Interviews, 4 professionals from the technical team of the institution, 3 psychologists from the Laboratory of Studies on Violence against Children and Adolescents, 10 adolescents welcomed and 1 adolescent disconnected of the institution, participated in this study. The results obtained in this research reveal a large technical-methodological gap in the reality of the institutions, as well as difficulties to establish a process of deinstitutionalization in a successful way, with less costs and losses for the adolescent, and obstacles in the legal processes and public policies that could help in this process. It is urgent to invest in actions and interventions that help both the technical team of the institutions and the adolescents in this process of deinstitutionalization. It is expected that this study will serve as a support for future research aimed at thinking about programs and intervention actions with this population.

Key-Words: Welcome Institutions; Adolescence; Institutional Disconnection by Adulthood; Ecological Insertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Roda dos expostos onde as crianças abandonadas eram deixadas.	23
Figura 2 - Crianças em seu quarto em internato.....	24
Figura 3 - Brasil: proporção de crianças e adolescentes acolhidos segundo cor/raça/etnia e sexo.....	26
Figura 4 - Brasil: Distribuição de crianças e adolescentes acolhidos por sexo e faixa etária.....	28
Figura 5 - O código de 1927 e as suas subdivisões etárias.....	32
Figura 6 - Penalidades aplicadas aos abandonados	33
Figura 7 - Penalidades aplicadas aos delinquentes.....	33
Figura 8 - SAM - Dormitório - Pavilhão Anchieta - Quintino, RJ, 1964 (data provável)	33
Figura 9 - Exemplo de Modelo Bioecológico dos contextos para criança prematura....	43
Figura 10 - Modelo PPCT.....	43
Figura 11 – Quadro de caracterização das participantes.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

	Benefício de Prestação Continuada
BPC	Centro de Atendimento Psicossocial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil
CAPSi	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEDECA	Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência
CBIA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA	Conselho Nacional de Assistência Social
CNAS	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNBB	Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas
CNCA	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPCJ	Referência De Assistência Social
CRAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA	Educação para Jovens e Adultos
EJA	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FEBEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação para a Infância e Adolescência
FIA	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA	Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes
LEVICA	Lares de Infância e Juventude
LIJs	Módulo Criança e Adolescente
MCA	Ministério de Desenvolvimento Social
MDS	Organização Mundial da Saúde

OMS	
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individual de Atendimento
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNJ	Política Nacional da Juventude
PPCT	Pessoa-Processo-Contexto-Tempo
PV	Projetos de Vida
SAC	Rede de Serviços de Ação Continuada
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
SNA	Sistema Nacional de Adoção
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. JUSTIFICATIVA.....	17
3. OBJETIVOS.....	20
3.1 Objetivo Geral.....	20
3.2 Objetivos Específicos	20
4. REFERENCIAL TEÓRICO	21
4.1 Violência contra crianças e adolescentes no Brasil	21
4.2 Breve histórico do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil.....	23
4.2.1 Os atravessamentos de Raça no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....	25
4.2.2 Uma questão de gênero.....	28
4.3 Um olhar jurídico para a institucionalização de crianças e adolescentes: do Código de Menores ao ECA	30
4.4 A adolescência como fase do desenvolvimento	38
4.4.1 Adolescência – Um olhar para o feminino.....	40
4.5 O processo de desligamento institucional de adolescentes.....	42
4.6 Inserção Ecológica: Uma proposta metodológica	44
5. METODOLOGIA	49
5.1 Local de realização da pesquisa.....	50
5.2 Participantes.....	50
5.3 Procedimentos.....	50
5.4 Inserção Ecológica e Adequações Operacionais.....	51
5.5 Análise do PIA.....	52
5.6 Oficinas	53
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
a. Fator tempo e contexto diante da pandemia de Covid-19.....	56
b. Caracterização das adolescentes.....	58
6.1 A construção dos processos proximais das adolescentes na instituição	63
6.1.1 Análise do microsistema central: ambiente e espaço físico.....	63
6.1.2 O microsistema e os processos proximais.....	64
6.1.3 Outros microsistemas das adolescentes em acolhimento.....	67
6.2 A construção de projetos de vida e de autonomia durante o processo de desinstitucionalização	69
6.2.1 Recursos metodológicos para auxiliar o processo de desinstitucionalização....	74

6.3 Políticas Públicas e o contexto ecológico no processo de desinstitucionalização.....	77
6.3.1 O Trabalho em rede no processo de desinstitucionalização.....	78
6.3.2 Do ECA à Política Nacional de Juventude.....	80
6.3.3 Um olhar para os aspectos psicológicos e afetivos.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	85
ANEXO 1 – 1ª parte: Entrevista com o Responsável.....	95
APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	96
APÊNDICE 2 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	98
APÊNDICE 3 – Carta de Anuência	100
APÊNDICE 4 – Entrevista para técnicas	102
APÊNDICE 5 – Entrevista para psicólogas	104

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional representa uma das medidas protetivas previstas na Lei Federal n.º 8069/1990 (ECA) art. 101, inciso VII, com redação dada pela Lei Federal n.º 12010/2009 – Nova Lei de Adoção –, aplicáveis a crianças e adolescentes quando encontrados em situação de ameaça e violação dos direitos reconhecidos pela legislação pertinente (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009). Apesar de a Lei antever que o acolhimento, como medida protetiva, deva ser aplicado em casos de excepcionalidade e o período máximo de permanência de crianças e adolescentes em casas de acolhimento deva ser de 2 anos, a realidade dessas instituições tem se apresentado de forma diferente.

Segundo relatório estatístico disponível em julho de 2020 no Sistema Nacional de Adoção (SNA) existem no Brasil mais de 32.489 crianças e adolescentes em situação de acolhimento, dentre os quais, aproximadamente 28% tem mais de 15 anos de idade e 32% do total de crianças e adolescentes acolhidos estão a mais de 2 anos nas instituições. Nos dados trazidos por Silva (2004) pode-se observar que o período de permanência nas instituições de 52,6% das crianças e adolescentes acolhidos, era superior a dois anos, e algumas crianças chegavam a estar acolhidas há mais de seis anos. Os dados mostraram ainda que 87% das crianças e adolescentes acolhidos tinham família, desses, 58% mantinham vínculo com seus familiares.

Ao realizar um recorte da população adolescente presente no sistema de acolhimento, há certas particularidades a serem consideradas, tanto pela fase do desenvolvimento em questão, enxergando a adolescência como um grande salto da vida em direção a si mesmo como ser individual (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010) e ponderando todas as transformações biopsicossociais enfrentadas nessa fase, quanto pela dificuldade de reintegração familiar devido à baixa resposta de parentes que se responsabilizam por esse adolescente e a menor probabilidade de adoção. Todas essas questões somam-se, na vida do adolescente, aos conflitos familiares comuns a esses casos, embates institucionais e às tensões estabelecidas nas relações interpessoais com educadores, técnicos e outros adolescentes acolhidos. Em vista disso, para efetuar ações com esse público é preciso ter a clareza de que os projetos de vida realizados, seja para reintegração familiar, adoção ou desligamento após a maioridade, são de extrema importância e precisam ser estruturados, para que se evite infortúnios como reincidência nos serviços de acolhimento, devoluções de famílias substitutas, revitimizações ou

prejuízos no desenvolvimento da autonomia do adolescente que será desligado institucionalmente após a maioridade.

Minha trajetória acadêmica e profissional foi atravessada por questões referentes à violência contra crianças e adolescentes desde a graduação, onde tive a oportunidade de realizar o estágio profissional na Associação Vida Plena de Mesquita, instituição conveniada com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenada pelo LEVICA (Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes), prestando atendimento psicoterápico a crianças e adolescentes vítimas de violência. Através desse estágio estive em contato com a realidade de crianças e adolescentes de algumas casas de acolhimento localizadas na Baixada Fluminense – RJ, o que me levou ao mestrado acadêmico, onde pude desenvolver a pesquisa intitulada “A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino acolhidas: Analisando o processo de desligamento institucional”. Levando esses fatores em conta, o objetivo desse trabalho é analisar como se dá o processo de desligamento institucional por maioridade de adolescentes do sexo feminino em situação de acolhimento institucional, avaliando quais são os agenciamentos realizados dentro da própria instituição e pela equipe técnica para tal fim e como isso é percebido e vivenciado pelas adolescentes. A escolha do público-alvo especificado pelo sexo feminino se dá pela proximidade com as instituições que acolhem apenas meninas e pela precariedade de informações encontradas sobre o acolhimento dessas no decorrer da história. As perguntas de pesquisa que nortearão esse trabalho serão:

1. O que o texto legal e as orientações técnicas nos dizem sobre o processo de desligamento institucional por maioridade em casas de acolhimento?
2. Como o é realizado o processo de desligamento institucional por maioridade na Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras?
3. Como é vivenciado esse processo pelas adolescentes que residem na casa?
4. Como a equipe técnica atua frente ao processo de desligamento dessas adolescentes?
5. Quais as dificuldades e limitadores encontrados no processo de desligamento institucional por maioridade?

Com vistas a possibilitar uma compreensão maior do processo de Inserção Ecológica que será utilizado enquanto método, bem como os posteriores resultados deste trabalho, inicialmente discutimos sobre o histórico do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, traçando uma linha desde o período colonial até os dias de hoje, juntamente com os atravessamentos desse, como questões referentes a raça,

gênero e vulnerabilidade socioeconômica. O trabalho realizado pela equipe técnica das casas de acolhimento, a noção de adolescência enquanto fase única do desenvolvimento, com suas demandas e especificidades também foi abordada, assim como o a adolescência que é acolhida institucionalmente. Por último, circulamos pelo debate do próprio método de Inserção Ecológica na literatura.

2. JUSTIFICATIVA

Em parágrafo único do Artigo 101 do ECA, a caracterização que se dá para as casas de acolhimento é de “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990). Entretanto percebe-se que as medidas de proteção elencadas no art. 101, I a VI – mais brandas, mas não menos efetivas –, não são aplicadas pelos conselhos tutelares (DORNELLAS, 2014) judicializando assim, casos que poderiam ser resolvidos sem o acionamento do Poder Judiciário e acarretando na postergação da estadia das crianças e adolescentes no sistema de acolhimento, sendo controverso o texto em Lei do que é de fato experienciado por essa população.

Segundo o Censo mais recente divulgado pelo Módulo Criança e Adolescente (MCA, 2019), no estado do Rio de Janeiro, 1.575 crianças e adolescentes se encontram acolhidos nas diferentes modalidades de serviços de acolhimento, como: Casa-Lar, Abrigo Institucional e Família Acolhedora (BRASIL, 2009). Sendo as duas primeiras, ainda, com números mais expressivos, somando 91% do total de crianças e adolescentes acolhidos no estado. Ainda em análise do censo, no município de Nova Iguaçu, no qual foi realizada essa pesquisa, havia, até dezembro de 2019, 63 crianças e adolescentes acolhidos em 9 instituições da cidade.

O que nos chama atenção é que de acordo com documento produzido pela ONG internacional *Hope and Homes for Children* (2017, p.10) a maioria das crianças e adolescentes em instituições de acolhida não é órfã, rompendo assim com o imaginário social que se tem a respeito dessa situação. Tal fato leva-nos a questionar o real motivo que faz com que essas crianças e adolescentes se encontrem em situação de acolhimento. De acordo com uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, a principal causa de acolhimento está na pobreza da família de origem (MARTINEZ; SILVA, 2008), os muitos estigmas que isso acarreta e uma deficiência nas ações de outros órgãos da assistência social com competência de suporte dessas famílias. Do total de 4.847 crianças e adolescentes abrigados, 67% tinham algum tipo de vínculo com a família biológica contra apenas 33% que não tinham família ou o paradeiro dela era desconhecido (Ibid.).

No Censo do MCA de 12/2019, referenciado anteriormente, destaca-se que no estado do Rio de Janeiro apenas 174 das crianças e adolescentes estão aptos para adoção, estando 644 do total de acolhidos sem visitas. Dessa forma, o trabalho de reintegração familiar e fortalecimento de vínculos comunitários se faz de extrema importância nas ações e intervenções direcionadas a essa população, visando atuar de modo preventivo e

para que se evite, inclusive, reincidência nos serviços de acolhimento. A deficiência apresentada pela rede em garantir de forma satisfatória a reinserção familiar, e as diminutas possibilidades de adoção que vão se colocando ao longo do tempo, principalmente para adolescentes maiores de 12 anos faz com que o tempo de estadia desses seja maior do que o previsto em lei, que é de 18 meses. Segundo a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a grande procura no Cadastro Nacional de Adoção se dá por crianças menores de 6 anos, o que não é coerente com a realidade das instituições, visto que os adolescentes compõem a maior parte dos acolhidos no Brasil, ao todo, são 8.703 com mais de 15 anos de idade (SNA, 2020). Essa é uma situação alarmante, pois alguns estudos demonstram que os efeitos da institucionalização a longo prazo podem ser prejudiciais para o desenvolvimento integral e saudável dessas crianças e adolescentes, interferindo em questões de sociabilidade, autonomia e estabelecimento de vínculos seguros (ROSA, et al., 2012; BASTOS, 2014; ARPINI, 2003; NASCIMENTO; COUTINHO; SÁ, 2010).

As investigações científicas que têm sido realizadas ao longo do tempo, e cujas conclusões apontam para a institucionalização como um fator de risco para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que são alvo dessa medida, tem provocado, em consequência, reações que se concretizam em programas que propõem procedimentos para uma rápida desinstitucionalização das crianças e adolescentes inseridos em instituições de acolhimento (BASTOS, 2014, p.14). Por outro prisma, no primeiro momento, a instituição de acolhimento se torna a própria casa do adolescente, é ela que, por vezes, possibilita que eles sejam retirados da violência e do abandono em que viviam (ARPINI, 2003). Os efeitos da institucionalização não podem ser vistos de forma linear ou homogênea, pois deve-se levar em conta a experiência de cada criança e adolescente, inclusive dependendo do contexto familiar adverso, a situação de acolhimento pode representar benefícios.

O espaço de acolhimento, dessa forma, assume um papel ambíguo, onde pode ser visto como um local de possibilidades, afeto, cuidado, proteção de direitos, mas, ao mesmo tempo como um violador desses mesmos direitos ao infringir a lei por outros percursos, carregando uma herança punitiva e repressora do antigo Código de Menores de 1970 (BRASIL, 1979) em suas práticas, fazendo com que os reais efeitos da institucionalização sejam questionados em diversos estudos (NASCIMENTO; COUTINHO; SÁ, 2010; ARPINI, 2003; BASTOS, 2014). E os adolescentes que acabam por ficar durante um longo período de tempo acolhidos institucionalmente,

possivelmente, apresentarão prejuízos ainda maiores. Para além das próprias questões apresentadas pelo acolhimento institucional, eles precisam também lidar com o processo de desligamento da instituição ao completarem 18 anos. A saída da instituição por causa da maioridade, num contexto de ausência de programas de reintegração familiar, de longo vínculo com a instituição e de pouca escolaridade dos adolescentes, vai constituindo-se assim como um momento que faz aflorar as contradições históricas, a falência das políticas de proteção e o não cumprimento da função do acolhimento, tal como assegura o ECA (MARTINEZ; SILVA, 2008, p.117).

Dessa forma, é preciso repensar com urgência as bases estruturantes e as práticas institucionais nas casas de acolhimento de adolescentes, investindo nesses espaços, já que, por hora e, infelizmente, por anos, são apresentados como alternativa mais saudável para esse público, tornando-se assim responsável por seu desenvolvimento biopsicossocial e um dos pilares fundantes de suas histórias de vida e perspectivas de futuro. A construção de narrativas de adolescentes em acolhimento institucional é diretamente influenciada pelas condições sociais e de vida as quais esses experenciam, isso diz sobre as casas de acolhimento e também as relações familiares, entretanto não se descarta as tendências individuais do sujeito para lidar com a situação (CARVALHO, 2015). Considerando que o contexto onde o adolescente está interfere na construção de sua identidade, é importante que se conheça o contexto do acolhimento institucional que recebe esses meninos e meninas, para se compreender possíveis repercussões nas histórias de vida desses adolescentes. Haja vista a importância de projetos e intervenções realizados dentro das casas de acolhimento, auxiliando no desenvolvimento de fatores fundamentais e respondendo a necessidades emocionais básicas para o desenvolvimento humano.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de desligamento institucional por maioria de adolescentes do sexo feminino em situação de Acolhimento Institucional.

3.2 Objetivos Específicos

- Fazer uma análise do Plano de Atendimento Individualizado (PIA) das adolescentes acolhidas;
- Realizar e avaliar entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica da casa e com outros profissionais que façam parte da rede de proteção;
- Desenvolver oficinas e rodas de conversa que se proponham a entender como esse processo de desligamento é vivenciado pelas adolescentes.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Violência contra crianças e adolescentes no Brasil

É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criando. O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho.
(Manoel de Barros)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2017), a violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno multifacetado e considerado uma questão de saúde pública, que, no Brasil, desde a década de 70 apresenta altas taxas de morbimortalidade (TARDIVO; PINTO; SANTOS, 2005; BRITO et al., 2005). Há inúmeras formas de se violar os direitos de uma criança, desde a perspectiva macro e institucional, considerando aspectos legais e de negligência do próprio Estado, até a realidade micro de outros sistemas onde a criança está inserida como a escola e a família. Os tipos de violência doméstica infanto-juvenil são: violência física, psicológica, sexual, abandono intencional e negligência. Podendo acontecer isoladamente ou associada a outras (DESLANDES, 1994; TARDIO; PINTO; SANTOS, 2005; BRITO et al., 2005; PORTO; CASSOL, 2007). Dessa forma, faz-se necessário um capítulo para melhor entendermos esse fenômeno que, em sua abrangência, se coloca como um dos principais motivos para o acolhimento institucional atualmente.

No Brasil, a visão da criança como sujeito de direitos e deveres que precisa ter suas necessidades atendidas passa a ser norteadora de políticas públicas de forma mais tenaz na década de 90 com a promulgação do ECA. Apesar de tardiamente e com grandes considerações a serem feitas o ECA colocou o Brasil na posição de primeiro país a promulgar um marco legal em consonância com a Doutrina da Proteção Integral preconizada na Convenção sobre Direitos da Criança da Assembleia geral das Nações Unidas (1989), que salientou o “valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o reconhecimento de sua vulnerabilidade, tornando a criança e o adolescente merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado” (MORÉ; SPERANCETTA, 2010, p.519). Nessa esteira legal a respeito da proteção de crianças e adolescentes, o Brasil avançou de forma significativa com a aprovação em 2000, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (BRASIL, 2015) e a

aprovação da Lei Menino Bernardo - Lei nº13.010/2014 (BRASIL, 2014), popularmente conhecida como Lei da Palmada, que proíbi o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes.

Durante a infância, uma em cada quatro crianças sofre maus-tratos físicos, ao passo que quase uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos são vítimas de abuso sexual. Além disso, o homicídio é uma das cinco principais causas de morte de adolescentes (OMS, 2017). Segundo Minayo (2001) em pesquisa feita no ano referido, a violência configurava-se como a primeira causa de morte para as crianças e adolescentes de 5 a 19 anos e a segunda entre crianças de 1 a 4 anos. De acordo com a bibliografia, a violência física é a mais frequentemente notificada, seguida da negligência e violência psicológica e por último, a violência sexual (TARDIVO; PINTO; SANTOS, 2005; BRITO et al., 2005). Segundo dados recolhidos no Disque 100, 76.216 denúncias recebidas no ano de 2018 envolviam crianças e adolescentes, dessas 17.093 se referiam à violência sexual. Numa pesquisa realizada no ano de 2017, pelo Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes da UFRRJ (LEVICA), na Associação Vida Plena de Mesquita, ONG que atende crianças e adolescentes vítimas de violência, seus familiares e cuidadores, feita com 44 crianças e adolescentes atendidos, constatou-se que 43% dos casos referem-se à violência sexual, e em 27% dos casos houve violência conjunta, em que não apenas a violência sexual estava posta, mas outras como a psicológica, física e negligência (GALONI, 2018; PEIXOTO, 2017).

A exposição de crianças e adolescentes a qualquer tipo de violência pode acarretar consequências que influenciarão de forma negativa o desenvolvimento social e emocional das mesmas. A violência contra crianças e adolescentes acontece, no geral, dentro do âmbito familiar, sendo praticada por pais, responsáveis ou parentes próximos e amigos da família (DESLANDES, 1994). Segundo levantamento de dados feito por Galoni (2018) e Peixoto (2017) na Associação Vida Plena de Mesquita, em 85% dos casos atendidos na ONG o agressor era um familiar ou algum parente próximo. Tal fato torna mais complicado o trabalho de identificação dos casos, pois embora ajam notificações aos órgãos competentes, as estatísticas são escassas e subnotificadas, já que a violência no ceio intrafamiliar acaba permanecendo oculta, sendo mantida de forma geracional por segredos e disfarçada pela própria família, vizinhos e sociedade (TARDIVO; PINTO; SANTOS, 2005).

Em casos de violência infanto-juvenil, há um sistema de proteção e garantia de direitos composto por equipamentos da rede de assistência e órgãos da sociedade civil responsáveis por assegurarem os direitos das crianças e adolescentes. Uma das ações

possíveis para atuação nesses casos é o acolhimento institucional, que foi o contexto de análise e intervenção dessa pesquisa.

4.2 Breve histórico do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil

“[...] fui no Juizado falar com o Dr. Nascimento se havia possibilidade de internar os meus filhos. Ele disse-me que se os meus filhos fossem para o asilo que ia sair ladrões”

-
Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo, 1960)

Por muito tempo o contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil era estritamente ligado a uma política de colonização, docilização de corpos, controle de pobreza e higienização social, embora não prescrito de forma direta, mas dado sob um berço histórico de desigualdade social e racial, a partir de discursos que legitimavam, de certa forma, essa prática. O recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país durante anos (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

Numa linha histórica, percebemos que desde a época do Brasil Colônia tais práticas foram sendo construídas e institucionalizadas. A começar pela luta dos indígenas para sobrevivência em suas terras a contrapartida da imposição da cultura portuguesa, principalmente na educação de crianças indígenas através das ações jesuítas, segregando-as em locais chamados “*casas de muchachos*” (ALVES, 2001), para que crescessem salvas, e, sobretudo, civilizadas e úteis para o trabalho. No período escravocrata e posteriormente abolicionista, tais ações ganham corpo devido à grande carga imposta e consequências tamanhas dos longos anos de escravidão do povo negro. Mulheres escravizadas que engravidavam muitas vezes precisavam abandonar seus filhos assim que nasciam para que pudessem retornar ao trabalho, não podiam amamentar suas proles, entretanto, algumas dessas mulheres eram colocadas como amas de leite para as crianças de suas senhoras (Ibid.).

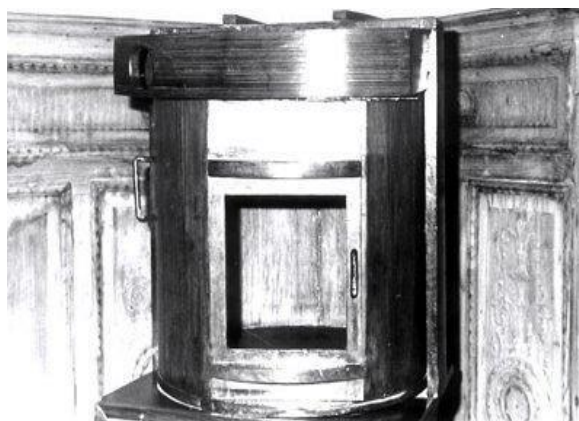
Faremos um recorte do ano de 1871 para melhor entendimento da influência desse período na constituição das instituições de acolhimento como se dão nos dias atuais. Com a promulgação da “Lei do Ventre Livre” que considerava livre os filhos de mulheres negras escravizadas nascidos a partir da data dessa lei, havia basicamente dois caminhos possíveis às crianças nascidas nessa época, permanecer junto aos pais no trabalho escravo ou a seus senhores, ainda que tivessem nascidos “negros livres”, pela impossibilidade

encontrada de se traçar uma vida a parte daquele contexto com a total ausência de uma política pública consistente, ou, perambularem pelas ruas à sua própria sorte (Op.cit.).

“Quanto à escravidão, não se descobriu até hoje a existência de qualquer instituição que tenha atendido exclusivamente a filhos de escravos ou ingênuos. Estes estavam submetidos ao domínio dos senhores. Os proprietários eram responsáveis por alimentar, vestir, preparar para o trabalho e disciplinar os escravos e também os ingênuos, se assim o preferissem, pois a Lei do Ventre Livre (1871) permitia aos senhores manterem seus ingênuos até a idade de 21 anos, com o compromisso de educá-los” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p.28).

Diante desse contexto que começa a se colocar como um estorvo para a corte portuguesa, algumas medidas precisaram ser tomadas como o fundamento de abrigos a partir de ações da Irmandade Santa Casa de Misericórdia, novamente com um cunho religioso e de ordem social no que tangia ao acolhimento. As ações da Santa Casa institucionalizaram o cuidado das crianças abandonadas, que, até então não recebiam suporte nem do Estado, nem da Igreja, que atuavam somente com o controle legal e jurídico, apoios financeiros esporádicos e estímulos diversos (MARCÍLIO, 2006). Nesse período uma prática oriunda da Europa de mosteiros e conventos para levar alimentos, objetos e mensagens aos moradores ficou famosa (RITTER, 2011), a chamada Roda dos expostos¹.

Figura 1 - Roda dos expostos onde as crianças abandonadas eram deixadas.



Fonte: Google Imagens.

¹ Cilindro giratório na parede da Santa Casa que permitia que a criança fosse colocada de fora sem que fosse vista de dentro e, assim, recolhida pela Instituição que criou um local denominado “Casa dos expostos”. O objetivo desse instrumento era esconder a origem ilegítima da criança e salvar a honra das famílias. (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2008, p.20)

No século XVIII a primeira roda foi instaurada na Santa Casa em Salvador, na Bahia, a segunda em 1738 na cidade do Rio de Janeiro e no final do século em Recife (Ibid.). Toda a assistência era de responsabilidade, até então, da Igreja, contando com auxílios e custeios governamentais. A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, sem noções de prevenção e tratamento de doenças nessa época culminou em altas taxas de mortalidade. A amamentação artificial também se colocou como um risco para as crianças, obrigando as instituições, fazendo com que as Casas tivessem suas amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de bebês. Muitas mulheres escravizadas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

4.2.1 Os atravessamentos de Raça no acolhimento institucional de crianças e adolescentes

Todo Camburão tem um pouco de navio negreiro

Marcelo Yuka

No período abolicionista, algumas medidas parecem ter sido tomadas, ainda que de forma tímida, para assistir os filhos meninos dos negros escravizados, como colônias agrícolas e institutos profissionais (Ibid.). Sendo nítido o intuito de controle e preparo de mão de obra desses meninos para o trabalho, se distanciando de propostas puramente de proteção e/ou educacionais. Apesar disso, não há nada encontrado com relação às meninas filhas de negros escravizados, deixando uma lacuna para o entendimento do que de fato ocorreu com esse público nesse período específico.

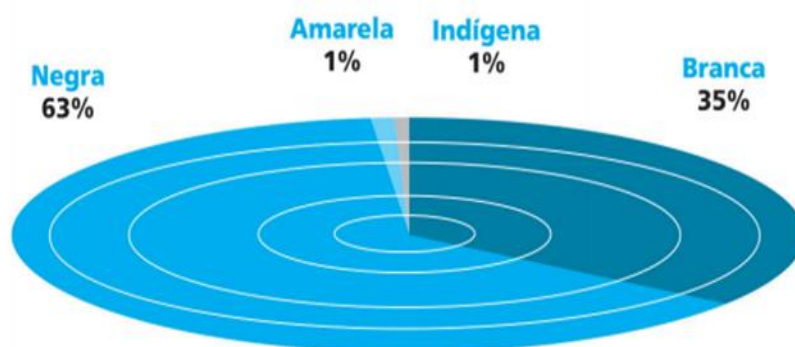
Figura 2 – Crianças em seu quarto em internato



Fonte: Livro “Infâncias Perdidas, Altoé (1990)

Já na época de atuação da Santa Casa de Misericórdia, as irmandades e ordens religiosas, que eram exclusivamente as instituições que se prestavam ao ofício do acolhimento dessas meninas, chegaram a criar asilos separados para acolhê-las, destacando um atendimento diferenciado no quesito social para as “meninas indigentes” e para “órfãs filhas de legítimo matrimônio” (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), além do divisor racial, “órfãs brancas” e “meninas de cor”. Um exemplo foi o Colégio da Imaculada Conceição, fundando em 1854 o local de acolhida das “órfãs brancas” chamado “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, e em 1872 o “Orfanato Santa Maria” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004).

Figura 2 - Brasil: proporção de crianças e adolescentes acolhidos, segundo raça/cor/etnia.



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC

No levantamento nacional realizado em 2003 pela Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) com casas de acolhimento, em relação a raça/cor, verificou-se que mais de 63% das crianças e adolescentes nessa situação são da raça negra (21% são pretos e 42% são pardos), 35% são brancos e cerca de 2% são das raças indígena e amarela. Em pesquisa mais recente, de acordo com o Censo de 12/2019 realizado pelo MCA regido pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, constata-se que essa realidade não mudou muito, cerca de 79,86% do total de meninos e meninas acolhidos são da raça negra.

Figura 3 – Brasil: proporção de crianças e adolescentes acolhidos segundo cor/raça/etnia e sexo.



Data de referência: 31/12/2019

Fonte: MCA/Censo 12/2019 – 24ª Censo da População Infantojuvenil acolhida no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com esse mesmo censo, as três primeiras categorias que se encontram na listagem de motivos para o acolhimento no estado do Rio de Janeiro são: negligência, abandono pelos pais ou responsáveis, e situação de rua. Ao recolher esses dados e analisar a distribuição feita por raça e etnia, é preciso fazer um exercício reflexivo levando em consideração todo processo anteriormente retratado, desde a escravização de corpos pretos até as “não-políticas” pós-escravatura e as situações as quais essas pessoas foram submetidas e que refletem nos dias atuais.

A acrescentar o debate e com luz ao capítulo sobre o histórico do acolhimento institucional de meninos e meninas, vamos considerar para análise o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)², de acordo com o Levantamento Anual do SINASE de 2017 (2019), no ano de 2016 registrou-se que os adolescentes de raça negra ocupavam cerca de 59% do sistema. Pensando por esse prisma, consideremos a escolaridade, onde segundo dados do IBGE, trazidos no site do Instituto Unibanco, em 2014 foi possível identificar que da população total de adolescentes do sexo masculino de 15 a 17 anos, 14% não estudavam e não haviam completado o Ensino Médio. Entre mulheres, a proporção é de 12%, tendo um fator agravante para tal estatística que é a gravidez na adolescência. Essas proporções são maiores entre negros (16%) do que entre brancos (10%). Ainda partindo do acesso à educação, de acordo com Gonçalves e Ambar

² Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

(2015) o percentual em âmbito nacional de negros no ensino superior, embora tenha triplicado em um período de 10 anos, passando de 10,2%, em 2001, para 35,8%, em 2011, não equivale ao aumento da proporção de jovens brancos, que, no mesmo período, subiu de 39,6% para 65,7%. Em vista disso, para efetuar ações com esse público, é preciso ter um olhar sistêmico para compreender que o que os levou à instituição de acolhimento e o que, muitas vezes, os fazem permanecer, evadir e reincidir, não se dá por uma ação isolada e individual cometida por esses, senão o resultado de uma violência estrutural e da negligência estatal em nossa sociedade ou do abandono e violência praticados por suas famílias (ARPINI, 2003), que, possivelmente se encontram enquanto peças produzidas pelo Estado e por políticas racistas e segregatórias.

4.2.2 *Uma questão de gênero*

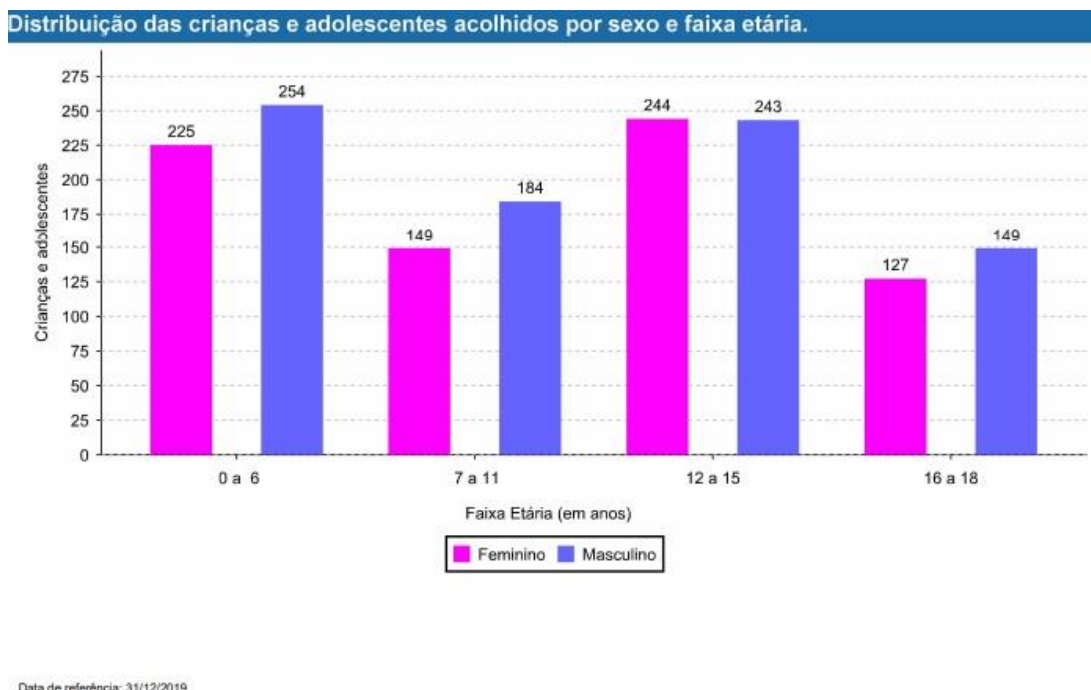
A nível de progressão histórica, a política de acolhimento institucional para as meninas órfãs caminhava com o pensamento social e histórico da época, onde o ser mulher era estritamente relacionado com ser uma ótima esposa e mãe. Além de se colocar como um estilo de vida completamente conventual, com práticas religiosas, simplicidade no vestir, controle de contato com o mundo exterior e controle da sexualidade (Ibid.), a saber, o estabelecimento “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, fundado em 1854, que tinha por finalidade a “formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma 2004).

Dessa forma, para as meninas órfãs de ambos os pais ou de um pai, a instituição passava a fazer o papel de quem agora garantiria seu futuro, que se resumia a um bom casamento e um bom dote para a instituição, “o moço interessado em casar-se podia escolher a órfã e devia ser aceito pela direção da instituição ou pelo presidente da província quando o dote era pago pelo governo” (Ibid., p.256). As meninas indígenas também foram lembradas, com um cunho muito mais religioso da herança de catequização e massacre cultural, para trabalho em fazenda ou missões religiosas. Durante esse “resgate” práticas de abuso eram recorrentes com essas (Ibid.).

Esse regime de enclausuramento perdurou até o século XX, quando foram criados o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964. Há poucas informações mais específicas sobre a evolução no decorrer da história sobre as práticas de acolhimento institucional de meninas, deixando uma lacuna para uma compreensão mais aprofundada dessa realidade, entretanto, de acordo com os dados do 24º Censo do MCA do estado do Rio de Janeiro,

a população feminina e masculina em acolhimento institucional têm se equiparado a nível estatístico.

Figura 4 – Brasil: Distribuição de crianças e adolescentes acolhidos por sexo e faixa etária.



Fonte: MCA/Censo 12/2019 – 24º Censo da População Infantojuvenil acolhida no estado do Rio de Janeiro.

4.3 Um olhar jurídico para a institucionalização de crianças e adolescentes

“[...] contaram-me os horrores do Juizado. Que passam fome, frio que apanham ininterruptamente. [...] Falaram que residem na Vila Maria e que tem mãe. Aconselharam meus filhos para ser bons para mim. Que os filhos estão melhor com as mães”.

Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo, 1960)

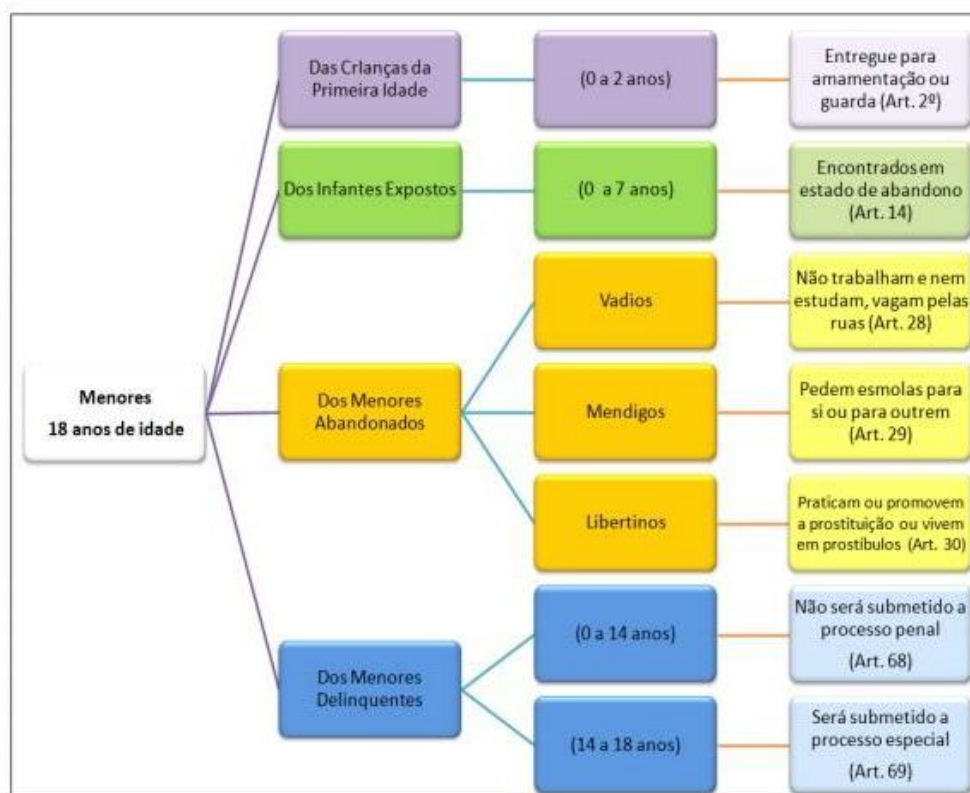
Na época de vigência do Código de Menores, instituído por decreto em 1927, os que eram assim classificados como menores eram postulados como “menores em situação irregular” e alguns eram mantidos num sistema de instituição total, onde frequentemente viviam por anos e com completo rompimento dos laços familiares (NASCIMENTO; COUTINHO; SÁ, 2010). O Código foi a primeira legislação brasileira pra a infância e

adolescência, consolidando e embasando legalmente toda e qualquer ação referente aos menores abandonados, delinquentes ou em situação de o ser (ZANELLA; LARA, 2015).

O Capítulo IV explicitava que eram abandonados os menores de 18 anos de idade: a) que não tinha moradia, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos e não tivesse tutor ou pessoa sob cuja guarda vivesse; b) que se encontrasse sem habitação certa, nem meio de subsistência, devido à indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; c) que tivesse os responsáveis reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para ele; d) que vivesse em companhia de responsável que fosse entregue a pratica de atos contrários à moral e aos bons costumes; e) que se encontrasse em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; f) que frequentasse lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andasse em má companhia; g) que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos responsáveis, fosse: vítima de maus tratos físicos ou castigos imoderados; privado habitualmente dos alimentos ou de cuidados indispensáveis à saúde; empregado em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes pusesse em risco à vida ou à saúde; que fosse induzido ao roubo, mendicância ou libertinagem; h) que tivesse o responsável condenado por sentença irrecorrível: a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; e, a qualquer pena como coautor, cúmplice, ou receptor de crime cometido por menor sob sua guarda, ou por crime contra estes (Artigo 26). Os casos em que os menores eram encontrados vagando e apreendidos, a família tinha 30 dias para realizar uma reclamação. Quando isso não era feito o juiz, o declarava abandonado, enviando-o a uma das instituições de assistência (Artigo 56, Capítulo VI). (Ibid., p.119).

Segundo Irma e Irene Rizzini, (2004) os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil nessa época, escorados na meta da construção da nação. O que entra em pauta na verdade não é apenas a proteção da infância, mas da sociedade republicana, subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos menores. Trata-se de um período de forte presença do Estado no planejamento e na implementação das políticas de atendimento ao menor.

Figura 5 - O código de 1927 e as suas subdivisões etárias



Fonte: Zanella e Lara³

É preciso ter em mente que a lógica que embasa a ação proposta ao Código de Menores é aquela figurada na presença do Juízo de Menores e do Juiz de Menores, num modelo policial, repressor e punitivo. Até mesmo nos termos comumente utilizados em contextos legais e penais como “menor”, “penalidades”, “evasão”, “delinquentes”, “reincidente”, “primário”. Irma e Irene Rizzini (2004) trazem que o juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de menores abandonados e delinquentes que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que, sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo. Colocando o Juizado, inclusive, como lugar de ensino, aprendizagem e cuidados para as famílias mais pobres.

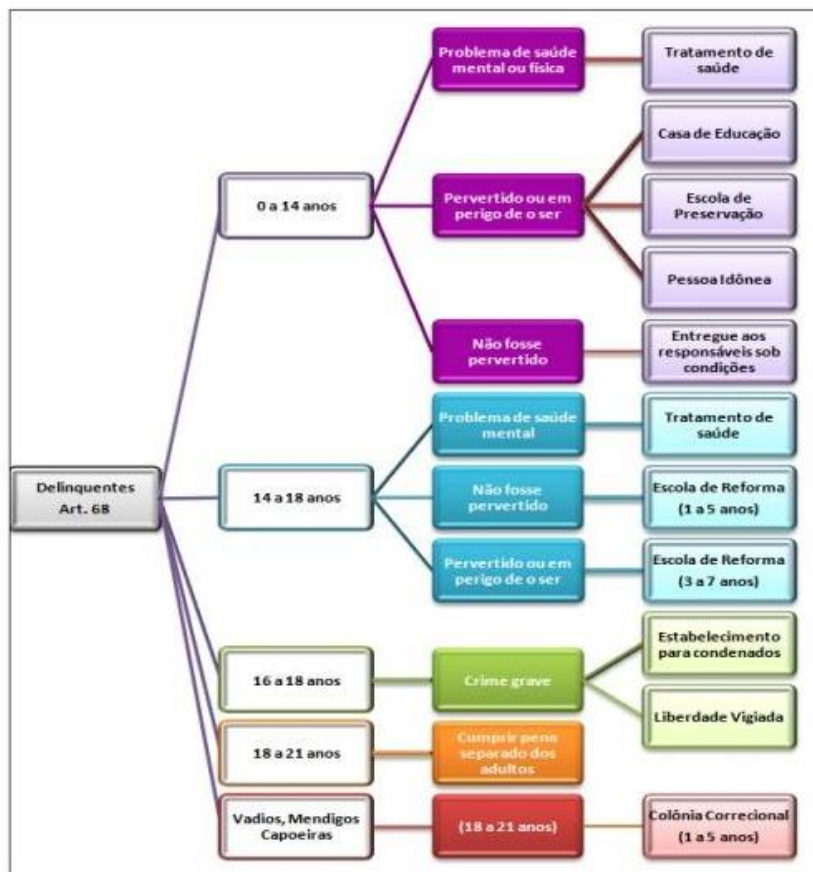
³ ZANELLA, M. N.; LARA, A. M. de. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenil. USP – Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015.

Figura 6 - Penalidades aplicadas aos abandonados

Fonte: Zanella e Lara⁴

Figura 7 - Penalidades aplicadas aos delinquentes

⁴ Ibid.



FONTE: Zanella e Lara⁵

Em 1942 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), “então ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade, com enfoque tipicamente correcional-repressivo” (SILVA; MELLO, 2004). O SAM foi alvo de muitas polêmicas, dentre essas, corrupção, politicagem e desvios, sua fama se deu por ser considerado como “fábrica de criminosos” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004). Sob muitas denúncias o movimento anti-SAM ganhou corpo e voz, sendo criado, em 1964, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), “instalada no primeiro ano da ‘revolução’ de 31 de março, a qual instaurou uma ditadura militar que perduraria por 20 anos no Brasil” (Ibid.).

“No imaginário popular, o SAM acaba por ser transformado em uma instituição para prisão de menores transviados e em uma escola do crime. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado. A imprensa teve papel relevante na construção desta imagem, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos “bandidos” que passaram por suas instituições de reforma. Sob o regime democrático, o órgão federal frequentou as páginas de jornais e revistas anunciando os escândalos que ocorriam por detrás dos muros de seus internatos” (Ibid., p.34)

⁵ Ibid.

“A análise de práticas que questionam o sucesso da FUNABEM em instaurar o ‘Anti-SAM’ só é possível com a articulação de dados apresentados de forma isolada e informações apreendidas nas entrelinhas. Não se tem como verificar a fidedignidade de muitos deles; alguns são utilizados para enaltecer a ação institucional, mas acabam por denunciar práticas não admitidas em veículos de propaganda. Os números relativos às internações em São Paulo, por exemplo, impressionam. Internar 33 mil crianças representa uma impressionante expansão da rede de estabelecimentos. Contudo, a informação divulgada pelo presidente da FEBEM⁶ e ex-representante na FUNABEM em São Paulo, João Benedito de Azevedo Marques, contradiz este dado. Em livro publicado em 1976, ele afirma que a FEBEM possuía 503 convênios que atendiam a 35.269 menores, sob os regimes de internatos (12.456 menores), semi-internatos (21.759) e externatos (1.054). Somado aos estabelecimentos oficiais, o número de internados não chegava a 15 mil. Mas anuncia que o interesse pelos convênios com o estado era crescente, havendo 150 em pendência. O governo do estado de São Paulo adotou o exílio para o interior dos menores da capital, agravando a “problemática da internação”, ao afastar o menor da família, já que um percentual superior a 96% dos internados era procedente da capital. Boa parte dos internatos contratados (145) e próprios (8) estava situada no interior, números que revelam uma política deliberada de não só ‘limpar’ as ruas da cidade dos elementos indesejáveis, mas de punição, pelo afastamento d família e de desarticulação, ao retirá-los de seu meio social” (Ibid., 38).

Figura 8 - SAM - Dormitório - Pavilhão Anchieta - Quintino, RJ, 1964 (data provável)



Fonte: Revista Funabem Espaço⁷

⁶ FEBEM: Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. In *Revista Funabem Espaço*. Vol. 1, n. 42, 2004, p.17.

Já na década de 1980 esse cenário começa a ganhar novos atores, o “boom” dos movimentos sociais, também no âmbito internacional, a mobilização popular em prol da democracia, o debate ampliado incluindo a participação de especialistas e profissionais atuantes na área da infância, fez com que protestos, denúncias na mídia e rebeliões se deflagraassem, houve a desativação de alguns internatos, as FEBEMs tentaram rever sua atuação e a FUNABEM transformou-se no Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) (ROZARIO, 2016).

Têm se assim um movimento que conta com a sociedade civil e também com outras organizações, nacionais e internacionais. Segundo Rozario (2016) destacam-se nesse processo os segmentos sociais como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a Associação de Fabricantes de Brinquedos. No cenário da mobilização, traz “a campanha Criança Constituinte, lançada pelo UNICEF; a ocupação de uma sessão legislativa, em 1987, por 580 crianças – movimento coordenado pela Comissão Nacional Criança e Constituinte; e o número de 1 milhão e 200 mil assinaturas à em apoio à campanha promovida em todos os estados pela referida Comissão” (ROZARIO, 2016, p.32). Os resultados da década culminaram de forma significativa na nova constituição, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) e inaugurou em seu texto legal a visão da criança enquanto sujeito de direitos, em consonância com os demais documentos internacionais que já haviam sendo produzidos.

Da extinção do Código de Menores às disposições do ECA, que completa 30 anos de promulgação, os desafios e adequações nos dispositivos e na rede de atendimento à criança e adolescentes foram postos. Nessa conjuntura de mudança de paradigma do “Menor⁸” para criança como sujeito detentor de direitos, o sistema de acolhimento de crianças e adolescentes necessitou passar por uma fase de reconfiguração, a começar por seu modelo institucional que não mais deveria se parecer com um orfanato ou leprosário, mas, sim, com casas de acolhimento de permanência breve que servissem como referência ao tempo em que crianças e adolescentes estivessem acolhidas.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, fica explicitamente proibido o acolhimento por motivos de pobreza ou carência familiar, o Estatuto em seu artigo 23 diz que “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda

⁸ Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entra em vigor, o termo “menor” para de ser utilizado, pois reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores.

ou suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990). Ainda que tal ação possa vir com um discurso de proteção da criança ou adolescente, deve-se ter cautela, segundo Nascimento (2012, p.39) “foi com a justificativa da proteção que o poder judiciário, sob a vigência do Código de Menores de 1927, atuou por décadas, impondo a retirada da criança pobre de sua família”, introduzindo nessas a crença de incapacidade de cuidar de seus filhos. A institucionalização e internação foram sendo moldadas como uma prática de cuidado e educação, principalmente para os pobres e famílias de mães e filhos. De acordo com Marcílio (1998 apud Martinez e Silva, 2008, p. 114), “é possível identificar, no Brasil, três principais funções que foram assumidas pelos abrigos e que se justapõem ao longo da história, configurando três fases de sua existência: 1) lar para enjeitados (Período Colonial até início do século XIX); 2) escola corretiva para pobres (até 1960); 3) local de proteção (de 1990 até a atualidade)”.

O ECA modifica de forma intensa o pensar a infância a adolescência no Brasil, enquanto legislação alicerce de políticas públicas para a infância efetiva-se “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990), por meio do que se denomina Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A partir desse marco legal, mudanças radicais passam a ser estabelecidas através da política de proteção integral da criança, como a participação social; o atendimento a todas as crianças e adolescentes e não apenas aos considerados em “situação irregular”; a atenção também à família; a descentralização do poder e gestão, por meio da municipalização do atendimento; criação de conselhos de direito; criação e manutenção de programas específicos de atendimento como para adolescentes em conflito com a lei ou a medida de acolhimento institucional respeitando a brevidade e a excepcionalidade da mesma (ROZARIO, 2016).

No documento elaborado em 2009 pelo CONANDA e pelo CNAS, denominado Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes consta a necessidade de um mergulho na história dessas instituições e, ao mesmo tempo, na observação de suas atuais formas de organização e funcionamento. Das legislações específicas e atuais para essa medida, temos em 2006 a aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (BRASIL, 2006). Rozario (2016 p.39) sintetiza as mudanças trazidas pelo PNCFC:

“Além, de reafirmar que as entidades que desenvolvam acolhimento institucional devem funcionar de acordo com os pressupostos do ECA, o

PNCFC destaca que os serviços: a) estejam localizados em áreas residenciais, próximas ao território de origem dos acolhidos; b) preservem o vínculo familiar dos acolhidos c) mantenham permanente comunicação com a Justiça; d) ofereçam ambiente que possibilite o estabelecimento de uma relação afetiva e estável com o cuidador; e) possibilite atendimento integrado às crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais com as demais; f) para preservar o vínculo entre irmãos, atendam ambos os sexos e as diferentes idades; g) propiciem a convivência comunitária; h) prepararem, gradativamente, os acolhidos para o desligamento; ei) trabalhem para o desenvolvimento da autonomia dos acolhidos, por meio de formação profissional, por exemplo”.

Já em 2009, a redação dada pela Lei 12.010/09 (BRASIL, 2009), objetivou aperfeiçoar a sistemática prevista para garantia ao direito à convivência familiar, previsto no ECA como direito fundamental a toda criança e a todo adolescente (ROZARIO, 2016, p.36). Mudanças referentes ao tempo de permanência nas instituições, a brevidade e excepcionalidade dos serviços de acolhimento, bem como o foco na convivência comunitária e familiar, e o acompanhamento dos casos por equipe multidisciplinar periodicamente, compõe a atual política que assiste as crianças e adolescentes acolhidos, rompendo com o modelo “asilar” anteriormente retratado nas instituições. Através dessas, ocorre a mudança da medida intitulada como “abrigo em entidade” para acolhimento institucional.

Por meio da resolução nº 145, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) que tipifica atualmente o serviço de acolhimento institucional como uma medida adotada como Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, onde se requer a providência de alimentação, moradia e outros cuidados, ele divide-se em: 1) Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades - a) Abrigo institucional; b) Casa-Lar; c) Casa de Passagem; d) Residência Inclusiva; e 2) Serviço de Acolhimento em República; 3) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 4) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.⁹

⁹ Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 referente a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”.

4.4 A adolescência como fase do desenvolvimento

*É tudo muito próximo e distante. E, quanto mais crescemos,
maiores se tornam os muros.
(Geovani Martins)*

O conceito de adolescência, assim como o de infância, é uma produção sociocultural e nem sempre teve a conotação e o aspecto legal que possui atualmente. A palavra adolescência vem do latim, especificamente do verbo *adolescere*, cujo significado é crescer para a maturidade (MUSSEN et al., 1995). Se o conceito de infância foi moldado ao longo dos anos, através de mudanças sociais, culturais e políticas, o mesmo se deu com o conceito de adolescência, embora haja em alguns escritos da Grécia Antiga e do Império Romano registros sobre uma fase supostamente de transição, onde se dá a instalação da maturidade, sendo o período que antecedia à participação do cidadão na vida comunitária (REZENDE et al., 2018).

O marco de idade para se considerar o período da adolescência é arbitrário e varia de acordo com as instituições, linhas teóricas e autores, por exemplo, a OMS define a adolescência como a segunda década da vida, no caso, no período de 10 aos 20 anos de idade, que também é adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) compreende como adolescência o período de 15 a 20 anos e o ECA (Brasil, 1990) dos 12 aos 18 anos de idade. Para além das reflexões acerca do prolongamento da adolescência ou adiantamento da mesma por questões sociais e culturais, embasaremos a reflexão e intervenção trazida por esse trabalho a partir da perspectiva e faixa-etária proposta pelo ECA.

Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade, mudanças das sensações e afetos, novas formações sexuais, alteração nas dimensões corporais e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010; REZENDE et al., 2018). Embora a puberdade apareça na maioria dos autores como marco de início da adolescência, é importante distingui-la para que não caiamos num reducionismo (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010) “puberdade refere-se aos fenômenos fisiológicos, que compreendem as mudanças corporais e hormonais, enquanto adolescência diz respeito aos componentes psicossociais desse mesmo processo” (Ibid., p.227).

Stanley Hall em 1904 foi quem inaugurou a adolescência como um estágio desenvolvimental, a colocando como objeto de estudo da Psicologia (BOCK, 2007) e

considerando essa como um período marcado pelas mudanças biológicas, com comportamentos subversivos ou rebeldes, fato que muito ainda ronda o imaginário social, colocando a adolescência como um período de “aborrecência”, de forma quase “semipatológica” (COUTINHO, 2009). Segundo Bock (2007, p.64) “foi Erickson (1976), no entanto, que institucionalizou a adolescência, apresentou-a a partir do conceito de moratória e a caracterizou como uma fase especial no processo do desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como ‘... um modo de vida entre a infância e a vida adulta’ (ERICKSON, 1976, p. 128)”. A caracterização como “moratória” coloca o período da adolescência como um local de espera por não haver um lugar possível de ser ocupado na vida adulta. Coutinho (2009) já considera tal fato como um enigma de passagem para a vida adulta instituído por não haver um lugar social a ser ocupado pelos adultos ao deixarem de ser adolescentes, como uma “moratória mal justificada” imposta pela sociedade. Hoje, essa fase não é mais encarada apenas como uma preparação para a vida adulta, mas passou a adquirir sentido em si mesma (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010), sendo completa em suas necessidades, potencialidades e limitações.

“A adolescência passou a ser observada com maior critério por pesquisadores no Brasil e no mundo, no final dos anos 1970. Criou-se, nesse período, a medicina do adolescente, a hebiatria. A Sociedade Brasileira de Pediatria, sensibilizada com a demanda de saúde dos adolescentes brasileiros, criou, em 1980, os Comitês de Adolescência (Eisenstein, 2003). No entanto, foi em 1985 que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como Ano Internacional da Juventude; a partir disso a adolescência foi despertando grande interesse, tanto na mídia quanto no âmbito das políticas públicas. Inúmeras iniciativas foram desencadeadas em todo o mundo, “visando o levantamento das necessidades sociais dos jovens que viriam a constituir as futuras gerações de adultos no terceiro milênio” (REZENDE et al., 2018, p.115).

Os aspectos desenvolvimentais a se considerar nessa fase são: forte apelo grupal, que esbarra na noção de pertencimento e construção de identidade, principalmente na busca de identificações e diferenciações, o desenvolvimento da autonomia e independência, afastamento da família, há uma maior vulnerabilidade a riscos, como uso de droga, acidentes automobilísticos, sexo desprotegido, entre outros (REZENDE et al., 2018). Esse grande número de mudanças de ordem biopsicossociais, que podem acontecer de forma gradual e não necessariamente com um período de tempo demarcado e universal, acarretam uma série de crises, saudáveis em primeira instância, as quais têm a função justamente de construir a identidade do adolescente, fazendo com que esse questione-se sobre si, o mundo, valores, moral social e suas decisões. A definição de identidade trazida por Meeus, et.al. (1999 apud FERREIRA; FARIAS; SILVARES,

2003) na visão de Erickson (1976) é a de que essa é uma concepção de si mesmo, concebida de valores, crenças e objetivos com os quais o indivíduo está envolvido. Recebendo influência de fatores intrapessoais, interpessoais e culturais.

Todo o processo de construção da identidade, vai se desenvolvendo de forma gradativa desde as primeiras identificações com as relações familiares e se ampliando a outros âmbitos sociais. Esse processo inicial de identificação com as figuras paternas desde outros estágios pode determinar as formas de manejo que os adolescentes terão diante dos conflitos oriundos dessa fase (GONÇALVES, 2008). Esse processo identificatório de constituição dessa identidade que se afasta de uma identidade infantil, mas também não chega ao seu total como uma identidade adulta, sendo, dessa forma, frágil e volúvel, passa também por questões de sexualidade, gênero e papéis sociais, muito ligadas às mudanças corporais e biológicas características desse período, além dos estímulos ambientais, sociais e culturais, fatores importantes para a noção de identidade será moldada nesse período. Segundo Gonçalves (2008,p. 5):

Se o ambiente social não é capaz de oferecer ao adolescente uma alternativa “viável” para a construção de uma identidade adulta – que se caracteriza pela generatividade, que inclui procriatividade, produtividade e criatividade – pode gerar uma identidade baseada em identificações com figuras com características associais, ocasionando a emergência de atitudes de estagnação, agressão e exclusão .

4.4.1 *Adolescência – Um olhar para o feminino*

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”

Simone de Beauvoir

Ao constatar as mudanças significativas, físicas e biológicas, decorrentes dessa fase, e suas especificidades de acordo com o sexo biológico, há de se pensar também na adolescência como uma fase construída a nível social e psicológico, envolvendo questões de gênero, seus papéis e suas identificações, que muito se estruturam pelas diferenças biológicas entre os sexos, porém, não só, as meninas adolescentes desde cedo em seu processo se encontram inseridas no que socialmente entende-se como papel do feminino em nossa sociedade e as pressões subjacentes, como padrões estéticos, posição social, papel da mulher na sociedade, relacionamentos, atribuições “ditas” femininas, entre outras - e, aqui, deixo de fora da discussão por questões de tempo e enfoque de pesquisa, reflexões de suma importância no âmbito da sexualidade, como orientação sexual e identificação de gênero, porém não deixando de apontar a necessidade de estudos

mais aprofundados nessa temática em casas de acolhimento. Podemos retornar à discussão anteriormente citada para elucidar essa reflexão, ao se pensar no histórico do acolhimento institucional feminino, a ausência de informações mais contundentes e seus enlaces característicos de “bom casamento”, “boa dona de casa”, “boa mãe”.

Na perspectiva do desenvolvimento feminino, sabe-se que as mudanças corporais femininas se dão de forma observável, junto com o advento da puberdade e das ações hormonais, o que implica numa série de atravessamentos pertinentes relacionados à identidade e imagem corporal (CAMPAGNA; SOUZA, 2006). O luto do corpo infantil somado às exigências e, por que não dizer violências, impostas pela sociedade ao corpo feminino “maduro” é um tema de extrema importância para o trabalho com meninas que se compreendem nessa faixa-etária. Segundo Calligaris (2000, p. 25) “entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chegou, o espelho do adolescente é frequentemente vazio”, entretanto, principalmente pelas imagens midiáticas, esse corpo feminino parece se encher de significantes antes que essa compreensão possa ser atingida de maneira individual e progressiva.

Sousa e Brandão (2008) contribuem para esse debate adicionando a territorialidade e trazendo a pergunta “Como é ser adolescente do sexo feminino na periferia?”. Para elas, “não se trata somente de adolescentes, mas de sujeitos que se relacionam e estão inseridos em sistemas simbólicos e construídos que permeiam suas identidades” (Ibid. p.85) com atravessamentos como: mobilidade, trabalho doméstico, submissão, autonomia e espaço físico para estar sozinha, e dificuldade para ascensão social. As autoras respondem a pergunta de direcionamento de seu trabalho, também analisando, à revelia desses atravessamentos, as potencialidades encontradas nessas meninas:

Os resultados revelam que as adolescentes da periferia sentem na pele a tripla discriminação pelo fato de serem do sexo feminino, adolescentes e moradoras da periferia. As participantes revelaram o desejo de transformar suas identidades por meio do trabalho, do estudo e da mobilização social. Percebem que são capazes de transformar suas identidades (gênero e classe social) ao longo do tempo e da História, e que existem algumas dificuldades no processo de construção, como a dificuldade de ingressar em uma universidade pública e arrumar um emprego. Deve-se observar que a identidade de periferia é constituída por um desejo de mobilidade social, de solidariedade para com as pessoas da comunidade, no sentido de prevenção (Ibid. p.96).

4.5 O processo de desligamento institucional de adolescentes

*É hora de recomeçar tudo de novo,
sem ilusão e sem pressa,
mas com a teimosia do inseto
que busca um caminho no terremoto*

Carlos Drummond de Andrade

Considerando a vida de um adolescente em situação de medida protetiva de acolhimento institucional, deve-se levar em conta os inúmeros fatos que permeiam essa experiência. O princípio de transitoriedade e provisoriedade e sua relação com o estabelecimento de vínculo e busca por referenciais (OLIVEIRA; SAPIRO, 2007); a construção de identidade e senso de self; o estabelecimento de privacidade; e o próprio processo de desligamento do adolescente. Para além disso, há o próprio estigma social que acompanha o adolescente em outros lugares, de acordo com Arpini (2003, p.72) “ser visto como um adolescente que vive em uma instituição de abrigo é ainda um forte estigma traz uma marca muito forte que eles passam a carregar, pois as pessoas, via de regra, julgam que uma criança ou adolescente institucionalizado carrega algum problema em sua ‘bagagem’”.

Porém, o estigma que os adolescentes carregam por terem estabelecido, em algum momento, vínculo com o conselho tutelar ou com instituições é denunciador de que eles não tiveram uma vida como era esperado, de que não são sujeitos desejados, conforme nos referimos anteriormente. São vistos como representantes do indesejado; o simples fato de terem vivenciado essa situação os coloca como um risco para a sociedade, como aqueles que estão no limite de romper e transgredir; eles são assim identificados como sujeitos “de risco”. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que a sociedade diz protegê-los, ela os acusa duramente, restringindo-lhes, com o estigma, as possibilidades de modificarem essa situação (Ibid., p.74).

Ao se aproximar de seus 18 anos os adolescentes acolhidos institucionalmente que por fatores adversos não chegaram à reinserção familiar ou à adoção, preparam-se para o processo de desligamento legal da instituição. Em termos legais, há alternativas para se auxiliar o adolescente nessa fase de desligamento da instituição. Algumas até em parceria com outros campos de atendimento e assistência, como por exemplo, o programa federal “Minha Casa, Minha Vida”¹⁰, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹, os serviços

¹⁰ É uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Ver BRASIL, 2009.

¹¹ O BPC é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de

de assistência do CRAS, como a distribuição de cestas básicas e cadastro no Programa “Bolsa Família”¹². Para além da assistência, pensando em inserir esse adolescente e jovem no mercado, acreditando que esse é um dos pilares para se trabalhar a autonomia, está previsto na Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000), o “Aprendiz Legal” é um programa de aprendizagem voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, tendo o estudo e capacitação profissional como um dos pilares.

Falamos, de certo modo, de políticas que visam atender a população no geral, há ainda as políticas específicas para as crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional, visando seu desligamento caso não haja possibilidade de reinserção familiar ou dificuldades na adoção. Como a existência de Repúblicas ou Albergues, com o intuito de gerar maior independência e autonomia nas atividades cotidianas e na construção de projetos de vida, a existência de Repúblicas embora prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS¹³, 2004), ainda se mantém como política municipal em algumas cidades, como São Paulo e Curitiba, e iniciativas de Organizações-Não-Governamentais. Há também o Programa de Apadrinhamento desenvolvido pelo Sistema Judiciário e que tem crescido em alguns locais do país, segundo art. 19-B, caput e § 1º, inseridos pela Lei nº 13.509/2017 ao ECA (BRASIL, 1990):

“A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro”.

Tal iniciativa é de extrema importância quando se pensa não só no período de desligamento e no amparo que esses adolescentes podem receber, mas também durante sua estadia na instituição. Segundo documento disponibilizado pelo Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente

natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Ver BRASIL, 1993.

¹² É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Ver BRASIL, 2004.

¹³ A Política Nacional de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, e visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p. 31).

(GULASSA, 2010 pg. 14), onde reúne relatos e conclusões de um grupo de trabalho com profissionais que atuam nessas instituições “o desabrigo começa quando a criança ou o adolescente chega ao abrigo. É o trabalho de toda a equipe, desde a chegada, com muita qualidade, que proporcionará uma saída adequada”. Ou seja, falar da saída desses adolescentes da instituição, é falar da qualidade do serviço oferecido durante o período no qual eles se encontram acolhidos, da capacitação dos profissionais dessas casas de acolhimento, de instrumentos de manejo sistematizados para lidar com essa demanda e também dos vínculos e afetos estabelecidos do adolescente e do corpo técnico da instituição, munindo-os de informações sobre seu próprio processo dentro da instituição, fazendo com que os adolescentes se tornem também protagonistas de seus projetos de vida.

Entretanto, o que se percebe nas práticas dessas instituições, é que há uma ausência de ações práticas e sistemáticas que atendam de forma precisa as necessidades desses adolescentes, havendo uma lacuna técnica-metodológica que as oriente em casos de desligamento por maioria, passando inclusive por uma grande tutela por parte da equipe técnica e educadores, não impulsionando o desenvolvimento de autonomia preconizada, inclusive, nas Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (2018). A realidade, dessa forma, posta para o desligamento institucional por maioria no Brasil, se condensa no trecho extraído da obra de Nascimento, Lacaz e Filho (2010, p.59):

Quando saem, se deparam com a situação de não terem onde ficar e não estarem preparados para o trabalho, isso porque, no tempo em que ficaram abrigados, foram excessivamente tutelados e aprisionados num modelo que os define como não qualificados para gerir suas próprias vidas. Em muitos dos relatos, roupas, materiais de higiene que contivessem álcool, brinquedos e até presentes ficavam sob a guarda dos educadores, tirando a liberdade e a autonomia das crianças e jovens para cuidar de seus objetos e fazer escolhas. Ir sozinho para a escola, namorar, escolher uma profissão, comer em horários diferentes dos outros, negociar isso de alguma forma, muitas vezes parece um problema para os coordenadores e educadores dos abrigos, tornando ainda mais complicada e tensa a convivência.

4.6 Inserção Ecológica: Uma proposta metodológica

A extensa obra de Bronfenbrenner traz suas contribuições para os estudos sobre o desenvolvimento humano, necessitando de ser lida de forma sistemática e não isolada. O autor opõe-se a lógica positivista do desenvolvimento, entendendo-o como "fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos" (BRONFENBRENNER, 2001, p. 6966 apud ROSA, et. al., 2016),

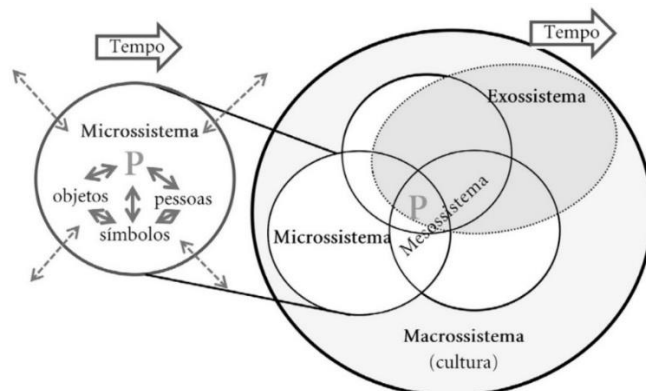
buscando compreender os processos pelos quais essas características são constituídas e a relação de influência estabelecida também pelo ambiente. Alguns conceitos importantes para entender o desenvolvimento humano são cunhados pelo autor, destaca-se o livro “A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados” de 1996, que é considerado um marco no estudo sistêmico sobre desenvolvimento humano. Entretanto, nos concentraremos nesse capítulo a esmiuçar o modelo teórico-metodológico, denominado PPCT (pessoa-processo-contexto-tempo), originado de sua teoria, que propõe que “o desenvolvimento humano seja estudado a partir da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo” (ROSA, et. al., 2016).

Esse modelo surge nos últimos anos no Brasil, a partir da Teoria dos Sistemas Ecológicos do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, enquanto metodologia e método, caracterizando o que se chamou de Inserção Ecológica. Essa é cunhada, mais especificamente, através de estudos desenvolvidos no CEP-Rua, grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estudos relacionados à famílias em situação de risco social (CECCONELLO, 2003; CECCONELLO; KOLLER, 2004) e no espaço de rua junto a jovens em “situação de rua” (PALUDO; KOLLER, 2004). A pesquisa psicológica busca entender os fenômenos humanos em seus diferentes níveis, relacional, social, emocional, cognitivo e cultural, e a Inserção Ecológica se apresenta enquanto proposta para adentrar ao ambiente de pesquisa, coletar dados e produzir conhecimento de forma que seja o mais próximo possível da realidade (BUCHER-MARLUSCHKE, 2016), adequados para desenvolver pesquisas desenvolvimentais em contexto, levando em consideração a abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (CECCONELO; KOLLER, 2016).

No modelo PPCT, proposto na metodologia de Inserção Ecológica, o processo é considerado como o principal núcleo responsável pelo desenvolvimento, “que é visto por meio de processos na interação recíproca, progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato” (ROSA, et. al., 2016). Caracterizando-se, de forma mais direta, pela forma como a pessoa interage com seu ambiente, os processos são grandes chaves de interpretação de comportamentos dos indivíduos em seu meio, através deles podemos entender os efeitos de competências e disfunções (Ibid.) no desenvolvimento, o potencial genético para competência e/ou disfunção é trazido por Bronfenbrenner, entretanto, dá-se atenção ao ambiente que pode ser um potencializador ou inibidor de habilidades no desenvolvimento, de acordo com sua organização,

estabilidade e condições favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento da pessoa (Ibid.)

Figura 9 - Modelo PPCT

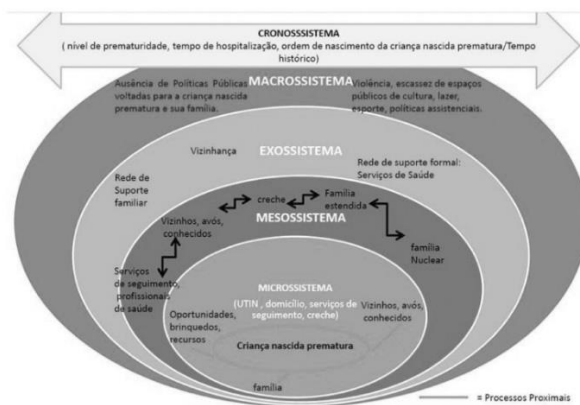


Fonte: Lemos; Verissimo (2020) - Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros. ¹⁴

O segundo elemento do modelo bioecológico é a pessoa, a qual é analisada em seu contexto e interação, a pessoa é entendida a partir de suas características biopsicológicas, podendo exercer, a partir dessas, ações de agente para com os processos, e, também sendo produto desses (Rosa, Op.cit.). O terceiro elemento é o contexto, que é analisado a partir de quatro níveis ambientais: microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (CECCONELO; KOLLER, 2016).

Figura 10 – Exemplo de Modelo Bioecológico dos contextos para criança prematura

¹⁴ Notas: A Pessoa (P) ativa engajada em Processos Proximais com pessoas, símbolos e objetos dentro de um microsistema, em interação com outros Contextos, incluindo tanto a continuidade quanto a mudança ao longo do Tempo.



Fonte: Lemos; Verissimo (2020) - Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros.

O Microsistema trata-se dos sistemas onde a pessoa interage diretamente, “face a face”, onde se pode observar os processos proximais de forma mais clara. O Mesossistema é o somatório de Microsistemas nos quais essa pessoa está inserida, bem como as relações interpessoais estabelecidas dentro deles, os microsistemas atuam de forma interdependente e tendem a se influenciar mutuamente (CECCONELO; KOLLER, 2016). O Exossistema caracteriza-se pelas redes que a pessoa não necessariamente participa ativamente, porém, ainda assim exercem influência significativa em seu desenvolvimento. O Macrossistema é composto pelas crenças, valores sociais, ideologias, formas e governo, culturas estruturantes de uma sociedade e que, por assim ser, exercem influência sobre o indivíduo.

O fator tempo é visto no modelo PPCT numa perspectiva sistêmica e longitudinal (COSCONI, et.al., 2018), tendo como enfoque a constituição dos processos proximais e as mudanças e continuidades do desenvolvimento da pessoa ao longo do tempo, levando em consideração aspectos pessoais e históricos. Esse fator surge a partir de três formulações na teoria, o microtempo, o mesotempo e o macrotempo. “O microtempo se refere ao tempo imediato em que os processos proximais se estabelecem. O mesotempo se relaciona à frequência e extensão de tempo concernente ao estabelecimento dos processos proximais. O macrotempo corresponde aos acontecimentos históricos, que impactam não apenas o indivíduo, mas pequenos e grandes grupos” (Ibid., p.365).

Ao trazer a Inserção Ecológica enquanto metodologia que abarcará um compilado de métodos de coleta e análise de dados para compor a presente pesquisa em uma casa de acolhimento, pretende-se analisar os processos proximais referentes às políticas e ações de desligamento institucional vivido pelas adolescentes em situação de acolhimento, propõe-se assim, a discussão de análise das políticas públicas e sociais que assistem esse

público, buscando entender sua execução para que se possa compreender com maior profundidade sua influência no desenvolvimento dos sujeitos da pesquisa. Aproximando e embasando, dessa forma, o diálogo entre ciência e políticas públicas.

5. METODOLOGIA

A discussão aqui trazida é pautada na captura de informações de diversas fontes durante a Inserção Ecológica para compreensão do processo de desinstitucionalização por maioria, como: (a) a análise feita através das informações obtidas pelo Plano Individual de Atendimento (PIA) das adolescentes, (b) as falas dessas recolhidas durante oficinas artísticas e (c) entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns profissionais da equipe técnica e psicólogas do LEVICA que acompanharam processos de desligamento nessa casa, e (d) uma entrevista aberta com uma adolescente de 18 anos já desligada. O diário de campo registrado foi de grande valia para a discussão de resultados e também de uma análise dos processos proximais do modelo PPCT (MORAIS, 2009), “considerando que o contexto está relacionado à percepção da pessoa sobre o ambiente, e não apenas às características objetivas que ele possa ter” (SACCO; KOLLER, 2016). A proposta inicial de intervenção abrangia a presença na casa de acolhimento desenvolvendo atividades e colhendo dados por cerca de 5 meses e contou com uma equipe de pesquisa composta pela pesquisadora principal, a orientadora da dissertação de mestrado e três alunas de graduação integrantes do LEVICA.

5.1 Local de realização da pesquisa

A pesquisa ocorreu em uma das casas de acolhimento atendidas pelo LEVICA, a Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras, localizada no município de Nova Iguaçu/RJ. A casa tem capacidade para acolher até 15 adolescentes, no período em que a pesquisa pode ser realizada havia 10 adolescentes acolhidas. A equipe que compunha a casa era formada por 16 cuidadores, 1 educadora pedagógica, 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 pedagoga, 1 administradora, 2 cozinheiras, 1 motorista, 1 auxiliar de serviços gerais e 1 coordenadora. Durante o andamento da pesquisa, a psicóloga e a assistente social foram remanejadas para outros equipamentos da rede, houve a substituição da psicóloga, porém, até o atual momento, o cargo de assistente social ainda está vago.

A Casa foi inaugurada pela Prefeitura de Nova Iguaçu em novembro de 2018, ocupando um imóvel de três andares, com três quartos, seis banheiros, piscina e terraço. As jovens têm armários próprios e camas individuais. Esse espaço substituiu antiga Casa de Abrigo de Permanência Breve, localizada no bairro de Miguel Couto/NI. Com a inauguração, Nova Iguaçu passa a contar com quatro locais de acolhimento municipais. Além da Flor de Laranjeira, há uma casa de acolhida de crianças de 4 a 12 anos incompletos, uma de acolhida de idosos e outra para pessoa com deficiência.

5.2 Participantes

Participaram dessa pesquisa 10 adolescentes do sexo feminino na faixa etária compreendida entre 13 e 17 anos e em situação de acolhimento institucional na cidade de Nova Iguaçu/RJ. As participantes da presente pesquisa foram indicadas pela Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras, três delas se encontram com 17 anos e são uma das preocupações principais da equipe técnica por conta da desinstitucionalização que precisará ocorrer. Apenas uma das meninas não é residente do município de Nova Iguaçu e região, sendo essa residente do bairro de Campo Grande na cidade do Rio de Janeiro. Três meninas se enquadram em PCD (Pessoa com Deficiência), fazem uso de medicação, porém não apresentam diagnóstico fechado. Uma delas tem 17 anos e apresenta-se como um caso difícil de reintegração familiar, pois foi acolhida por denúncia de negligência e há a suspeita de abuso sexual por parte do padrasto e do pai. Dessas, apenas uma delas aparenta total dependência das educadoras sociais, pois não apresenta a linguagem e coordenação motora satisfatoriamente desenvolvidas de acordo com sua idade, e ainda necessita usar fraudas para realizar suas necessidades fisiológicas. Na última oficina realizada antes da interrupção pelas medidas de prevenção em relação à Covid-19, chegaram mais duas meninas à instituição que haviam evadido no período do carnaval, entretanto não houve tempo hábil para colher os dados delas e inseri-las nesse estudo.

Participaram também enquanto entrevistadas três psicólogas do LEVICA que acompanharam alguns processos de desligamento da referida casa, as quais serão apresentadas nos capítulos subsequentes como: *psicóloga 1*, *psicóloga 2*, e *psicóloga 3*; uma adolescente de 18 anos já desligada da instituição, a ser identificada como *adolescente*, uma psicóloga e uma assistente social que compunham a equipe técnica nos primeiros contatos, a atual psicóloga da casa de acolhimento e a coordenadora, que serão inseridas, respectivamente, como: *técnica 1*, *técnica 2*, *técnica 3*, e *técnica 4*.

5.3 Procedimentos

Após a conclusão da etapa do Exame de Qualificação e dos ajustes propostos pela Banca Examinadora, a pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e teve aprovação sob número 23083.036683-2019-84. Em seguida, Os participantes e a instituição foram informados sobre os objetivos da pesquisa por meio da leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e uma Carta de Anuência, após, suas concordâncias e assinaturas foram solicitadas. Dando sequência, uma reunião foi realizada com a Secretaria de Assistência

Social de Nova Iguaçu para esclarecimento do estudo e três visitas foram realizadas a casa de acolhimento para contato com a equipe técnica, conhecimento das adolescentes, acordo dos dias de oficinas e análise do PIA. Apenas duas oficinas artísticas puderem ser realizadas, com intervalo de uma semana entre elas, logo após os encontros precisaram ser interrompidos devido as medidas de proteção e distanciamento diante à pandemia de Covid-19. O contato com as adolescentes após isso se deu por vídeos e mensagens com atividades propostas por meio de mediação da equipe técnica. Uma proposta de emenda foi encaminhada ao Comitê de Ética, sob mesmo número de processo, devido as alterações que precisaram ser realizadas no projeto de pesquisa, dessa forma, o método de entrevistas semiestruturadas foi acrescentado e essas foram realizadas com as participantes de forma remota e por meio de canais virtuais como: whatsapp, vídeo-chamadas, e-mail e também ligações telefônicas.

5.4 Inserção Ecológica e Adequações Operacionais

A Inserção Ecológica foi escolhida como metodologia de pesquisa por acreditar-se que essa permite uma maior inserção do pesquisador no contexto de análise, permitindo alcançar dados e resultados que poderiam fugir ao preenchimento de questionários e entrevistas somente (SACCO; KOLLER, 2016). O modelo PPCT foi um dos guias para a análise de resultados, e, embora a pesquisa ecológica trabalhe com rigor metodológico, esse, no entanto, não é rígido e uma característica imprescindível para o pesquisador que se proponha a utilizá-la em campo é a flexibilidade, para que possa adaptar suas intervenções de acordo com os sobressaltos e entraves que o contexto possa apresentar e as peculiaridades relativas aos participantes da pesquisa, visto que, o pesquisador precisa se adaptar ao ambiente e as pessoas, e não o contrário.

Após cinco visitas na casa e a realização de duas oficinas com as adolescentes, as atividades presenciais precisaram ser suspensas por orientação de medida de prevenção contra a Covid-19 pelo Ministério Público e não retornaram até o fechamento dessa dissertação. Como forma de tentar uma continuidade no processo de aproximação que já havia sido iniciado com as adolescentes através de oficinas, quatro vídeos foram gravados e apresentados para essas com o intuito de explicar o motivo da interrupção e propor atividades semanais de forma remota através dos vídeos, esse contato era mediado pela assistente social e pela psicóloga da casa de acolhimento, porém a adesão não foi satisfatória, as meninas pareceram não se estimular, o sinal de internet da casa não permitia interações ao vivo, e assim os vídeos previamente gravados precisavam ser mostrados pelos celulares pessoais das técnicas, que muitas vezes estavam atarefadas com

a rotina da casa de acolhimento diante à uma pandemia, dessa forma, optamos por interromper o processo de intervenção direto com as adolescentes.

Uma das grandes alterações realizadas foram nos métodos utilizados para a coleta de dados na Inserção Ecológica, essa, ainda permaneceu como escolha de metodologia de pesquisa pela proximidade pregressa da pesquisadora principal com a casa de acolhimento em questão, desde a graduação, já tendo acesso a alguns relatórios psicológicos disponibilizados pela equipe do LEVICA, a presença em algumas reuniões com equipe técnica do fórum de Nova Iguaçu, contato com a equipe técnica da casa de acolhimento, e visitas anteriormente realizadas a instituição quando tinha outra localização. Para complementar os dados da análise do PIA, das oficinas e das percepções registradas no diário de campo e para evitar um possível enviesamento de pesquisa, realizou-se entrevistas com quatro profissionais integrantes da equipe técnica e com uma adolescente que já havia sido desligada da instituição. Compreendendo que, numa perspectiva de pesquisa ecológica, entender o que dizem as pessoas diretamente envolvidas com o cotidiano em análise é de suma importância (SACCO, 2011).

Por conta das medidas de proteção e afastamento social, o primeiro encontro presencial da equipe de pesquisa que estava agendado precisou ser desmarcado e os integrantes retornaram às suas cidades natais respeitando o isolamento social. Isso, concomitantemente com o diagnóstico positivo para Covid da pesquisadora principal e sua fase de recuperação. Esse então, foi outro ponto que precisou ser modificado para dar conta do desfalque da equipe de pesquisa anteriormente sinalizada. Para obter outra visão sobre a perspectiva do desligamento institucional e como era seu manejo na Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras, foi realizada uma entrevista semiestruturada via e-mail e whatsapp com três psicólogas do LEVICA que acompanharam alguns casos de desligamento nessa casa e tinham uma relação estreita com a equipe técnica, tendo realizado visitas técnicas e também comparecendo às reuniões com a equipe técnica do Fórum de Nova Iguaçu e acompanhando as audiências concentradas referentes as adolescentes.

5.5 Análise do PIA

Depois de três visitas técnicas para formalização da pesquisa junto à Secretária de Assistência Social de Nova Iguaçu e a coordenação da casa de acolhimento, pudemos enfim, iniciar a análise do PIA e a realização das oficinas. Na primeira visita à casa já estabelecida pelo cronograma de pesquisa, recolhemos os dados das meninas pelo PIA e por meio do preenchimento do Questionário de Investigação Geral para Crianças

Abrigadas (WEBER, 2009), esse questionário foi construído para traçar um perfil prévio das adolescentes, a saber, idade, escolaridade, identidade de gênero e orientação sexual, tempo de acolhimento, motivo de acolhimento institucional, etc., entretanto, devido ao tempo, as atribuições da equipe técnica e as demandas da casa no dia, não foi possível o aprofundamento dos dados e na realização das perguntas como gostaríamos, deixando inclusive algumas áreas do questionário sem respostas, como por exemplo, a quantidade de irmãos, se estavam também em acolhimento ou não, etc. Limitamo-nos dessa forma aos dados que seriam introdutórios e primordiais ao momento inicial da pesquisa, para que em outro momento e no decorrer das intervenções os demais fossem preenchidos.

A pedagoga foi a profissional mediadora no recolhimento das informações acessando ao PIA e as pastas das adolescentes, por ser o primeiro contato, foi preciso iniciar o processo de estabelecimento de vínculo com a mesma e também entender um pouco mais sobre seu posicionamento e percepção da dinâmica da casa. Já no começo da coleta dos dados do PIA e de alguns documentos, percebemos certa defasagem de algumas informações, principalmente das meninas que foram acolhidas anteriormente por outras casas de acolhimento, parece, de certa forma, que os registros de história de vida delas se inicia novamente a cada casa de acolhimento por onde passam. Segunda a pedagoga, há um trabalho ainda para retirada de documentos de identificação em alguns casos, alguns conselhos tutelares encaminham as meninas com todos os documentos de identificação, mas isso não é uma regra.

5.6 Oficinas

“A sensação de que a teoria não basta, que é o corpo. E não só, mas um corpo em um lugar, um corpo mexido, cheio e ainda assim esvaziado. O esvaziado, é o meu, o delas é o que me vem cheio de histórias e de marcas. Marcas de tatuagem, e também cicatrizes de tiro. Me encontro no encontro, não sairei ilesa”.

Trecho extraído do Diário de Campo de Luana Galoni, dia 20 de fevereiro de 2020

O diário de campo se mostrou, enquanto ferramenta, fundamental para auxiliar no trabalho de triangulação de dados e análise dos processos proximais dos participantes, seus registros dizem respeito, majoritariamente, ao contato feito com as adolescentes por meio de oficinas artísticas. Ao entrar em contato com as adolescentes percebemos dois

movimentos comuns, o primeiro foi o de curiosidade e de aproximação, algumas meninas queriam abraçar, segurar meus acessórios como cordões, pulseiras, etc. Outro movimento era o de esquiva, algumas adolescentes embora demonstrassem curiosidade com o que estava acontecendo, se demonstraram distantes e, em um primeiro momento, se recusavam a estar ou a fazer algumas atividades. Uma das adolescentes sempre estava dormindo no horário programado para as oficinas e acordava apenas na hora do lanche pós atividade, e era nesse espaço de tempo que era possível uma interação maior com essa, que, embora demonstrasse pouco interesse nas atividades desenvolvidas, pedia para as outras meninas emprestarem ou darem algo que tivessem feito para ela, como ocorreu na oficina de miçangas e na de *slime*. É bem verdade que esse movimento de esquiva não se prolongava por tanto tempo com a maioria das meninas, à medida que elas viam as atividades sendo desenvolvidas, iam se aproximando e interagindo.

O ambiente da casa de acolhimento, as grandes demandas individuais identificadas anteriormente e a recepção dúbia por parte das adolescentes durante o primeiro contato nos causou certa insegurança e receio do que poderia acontecer e se as meninas adeririam as propostas de atividades. Houve uma grande preocupação na forma de se portar e em quais símbolos e signos auxiliariam ou poderiam embarreirar o desenvolvimento positivo dos processos proximais entre a equipe de pesquisa e as adolescentes, desde as roupas escolhidas para realizar as visitas até a linguagem para o diálogo com elas. Isso se mostrou de extrema relevância para a aproximação, houve por parte das adolescentes certa identificação através de tatuagens parecidas, gostos musicais com a pesquisadora principal, o que abriu uma grande porta para o diálogo e estabelecimento de vínculo. As músicas foram uma forma de acessá-las, ao levar uma caixinha de som e cantar junto a elas, demonstrando que havia algo ali de parecido, de similar, nesse outro que entrava em seu espaço, foi uma forma de nos aproximarmos de sua realidade, seus signos, gírias e brincadeiras internas também.

O primeiro contato mais direto com as adolescentes foi feito através de uma oficina de miçangas, o intuito de utilizar Oficinas Artísticas como um dos métodos de coleta justificou-se pelo que se pretendia com as intervenções, que era analisar os processos proximais através de observação e conversas informais, não com interrogatórios ou questionários estruturados. Essas se demonstraram, do ponto de vista teórico-metodológico como uma estratégia facilitadora da troca dialógica e da produção de sentidos (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014). Preocupava-se em compreender, principalmente, as relações que as adolescentes tinham com a casa, com os profissionais e também umas com as outras. Entendendo as oficinas como “práticas discursivas, ou

seja, compreendem maneiras por quais as pessoas produzem sentidos sobre os fenômenos a sua volta e se posicionam em relações sociais cotidianas” (Ibid., p.34).

No segundo encontro foi realizado uma oficina de *slime*, e as meninas pareciam bem mais à vontade. Algumas chegaram me abraçando, uma disse que iria dormir, mas sabia que “seria meu horário”, então ficou aguardando. Duas meninas haviam chegado na casa há pouco tempo, elas tinham evadido no período do carnaval.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está estruturado de maneira a analisar as implicações e modificações no contexto do acolhimento institucional da Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras no período de isolamento social devido a COVID-19 e as implicações e adaptações que a pesquisa sofreu em decorrência desse fato, tendo como eixo principal da discussão a análise do momento de saída das adolescentes da instituição de acolhimento, seu processo de desinstitucionalização por maioria e as políticas públicas que devem ser estruturadas para atender essa demanda, a luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento e do método PPCT.

a. Fator tempo e contexto diante da pandemia de Covid-19

“Seres ligados pela inteligência, pelo coração e pela carne ficaram reduzidos a procurar os sinais dessa comunhão antiga nas maiúsculas de um telegrama de dez palavras”

“E já que um homem morto só tem significado se o vemos morrer, cem milhões de cadáveres semeados através da história esfumaçam-se na imaginação”

Albert Camus - A Peste.

Tendo a Inserção Ecológica como metodologia e o modelo PPCT como direcionador para a análise de resultados, é necessário que elucidemos como o fator tempo e o contexto influenciaram na coleta de dados e, conseqüentemente, nos resultados obtidos. Em março de 2020 através do decreto Nº 46966 (BRASIL, 2020) o governo do Estado do Rio de Janeiro dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e outras providências, o que acarretou em restrições às visitas realizadas nas casas de acolhimento, às saídas das adolescentes, dentre outras. Devido a essa situação emergencial, alguns novos desafios passam a surgir e limitações antes já presentes passam a ser potencializadas nas realidades das casas de acolhimento, como pensar nos adolescentes em trânsito durante a pandemia e as evasões, a possível contaminação interna e cuidados especiais, o absenteísmo e afastamentos de alguns funcionários por se caracterizarem como grupo de risco ou por contaminação, a garantia de contratação e de transporte ao

trabalho para os profissionais, a suspensão de visitas, atividades externas e contatos físicos com madrinhas, padrinhos, família extensa e amigos, a nova rotina a ser adotada na casa de acolhimento, considerando demandas escolares e também de lazer, bem como a própria manutenção da rotina do serviço.

As intervenções ocorridas no tempo e no macrosistema tiveram influência significativa na dinâmica do microsistema em questão, a Casa de Acolhida Flor de Laranjeira. Duas técnicas, a saber, a psicóloga e a assistente social, foram realocadas para outros equipamentos da assistência, enquanto outra técnica precisou se afastada por estar enquadrada no grupo de risco e também a coordenadora, essa última por seus familiares terem positivado para Covid-19. Nesse tempo uma psicóloga nova foi enviada para compor a equipe técnica, realizamos uma conversa online com a mesma para explicar do projeto de pesquisa e também para ouvi-la sobre como se encontrava a rotina da casa de acolhimento frente à pandemia. Havia algumas inseguranças em sua fala, não apenas pelo momento enfrentado, mas pela pouca experiência e dificuldade, à priori, de se vincular com as adolescentes para execução do trabalho. Segundo essa, os educadores também se encontravam desmotivados a realizar intervenções e atividades com as meninas, e essas também aderiam pouco ao que era proposto. Nesse contexto, propomos realizar algumas atividades por meio de vídeos com as adolescentes, uma integrante da equipe de pesquisa levou até a casa de acolhimento um kit contendo cadernos e canetas para que se construísse de forma remota um diário de quarentena, onde as adolescentes pudessem registrar o que gostariam, como se sentiam e também realizar as atividades que seriam propostas pela pesquisadora principal semanalmente através de vídeos. Quatro vídeos foram gravados, tratando de sentimentos, medidas de proteção, atividades de desenho, porém a baixa adesão pelas meninas, a rotina do serviço e a sobrecarga da nova psicóloga que estava mediando o acesso das adolescentes aos vídeos e o diagnóstico positivo de Coronavírus da pesquisadora principal, levaram a interrupção dessa proposta.

Podemos pensar dessa forma em como a Pessoa é ativa em seu processo de relação com o ambiente, objetos e outras pessoas no modelo PPCT e como os processos proximais sofreram grande interferência por outros aspectos desse modelo. Segundo o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Marco Aurélio Moreira (2020), em uma Webinar sobre o acolhimento em tempos de Covid, uma das maiores fragilidades do acolhimento institucional é a dificuldade encontrada para o estabelecimento de vínculos afetivos relevantes, há uma equipe mal remunerada, pouco capacitada e com grande rotatividade, o que, nesse caso de emergência e calamidade pública fica mais evidente. Embora não inseridos fisicamente no microsistema, através das conversas

informais com a equipe e as tentativas de execução de atividades remotas, podemos perceber como os processos proximais se dão nessa instituição e a influência dessas relações em muitos dos comportamentos das adolescentes. O que podemos tirar da interferência do Covid-19 no tempo e contexto durante essa inserção, é que o vírus e sua transmissão se dão de forma sistêmica, o que demanda decisões de prevenção e combate também sistêmicas. Não só para cessar a pandemia, mas também seus efeitos em outros cenários, como o dos equipamentos de Assistência Social, mais especificamente, as casas de acolhimento. Entretanto, soluções sistêmicas se dão em conjunto e de forma coletiva e dependem da qualidade dos processos proximais estabelecidos.

Ainda em análise do macrossistema, segundo relato da atual psicóloga que tomou posse do cargo no início da pandemia, ela ainda não havia participado de nenhum processo de desligamento, e atribuiu o fato justamente ao atual período. Diante disso, em 20 de agosto de 2020, ocasião ainda de andamento dessa pesquisa, foi lançada em Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro a Lei 8897/2020 (BRASIL, 2020) prorrogando a permanência nas instituições de acolhimento dos internos que completam 18 anos, por até 180 dias, durante vigência de situações de emergência ou calamidade, como a atual pandemia Covid-19. A Lei promulgada prevê ainda que o Poder Executivo adotará um plano de desligamento, ficando autorizado a criar centros de convivência destinados a jovens de 18 a 21 anos que precisam deixar o serviço de acolhimento e que estejam em situação de vulnerabilidade. E a partir dos 14 anos, os jovens abrigados poderão ser capacitados nos serviços sociais de aprendizagem conveniados à Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

b. Caracterização das adolescentes

Todas as adolescentes encontram-se matriculadas no ensino regular, as meninas que são PCD fazem suas aulas nas salas de recurso das instituições de ensino e as demais, embora devidamente matriculadas, encontram-se em anos escolares não correspondentes à sua idade. Uma das meninas com 17 anos, por estar próxima de completar a maioridade e ainda se encontrar no 8º ano, iniciou no presente ano as aulas no EJA (Educação para Jovens e Adultos). A situação pedagógica das meninas parece ser discutida e acompanhada junto à equipe técnica da casa de acolhimento durante todo ano letivo.

Quanto ao tempo de acolhimento, uma adolescente está acolhida há dez anos e sete meninas encontram-se acolhidas há dois anos ou mais. As outras duas estão, respectivamente, há um ano e outra há três meses. A maioria absoluta das meninas encontram-se em situação de acolhimento devido abandono e negligência, configurando-

se da seguinte forma: 1. Morte de ambos os genitores e abandono pela família extensa; 2. Morte da mãe, desconhecimento do pai e abandono pela família extensa; 3. Abandono de ambos os genitores e desinteresse da família extensa pela guarda. As meninas cujo motivo de acolhimento foi o abandono e negligência são as que se encontram há mais tempo na instituição. Durante a coleta dos dados do PIA e as informações trazidas pela pedagoga, notou-se que há nos abandonos por parte da família extensa uma defesa de uma dita “incapacidade” em cuidar das adolescentes e até culpabilização por seu estado, com frases como: “ela é muito difícil de lidar”, “é só para um susto na menina”. Retomamos, dessa forma, a uma imagem que remonta à antiga política de situação irregular, onde os abrigos eram vistos como um lugar de “correção”.

Figura 11 – Quadro de caracterização das participantes

NOME FICTÍCIOS	DEFICIÊNCIA MOTORA, FÍSICA OU INTELECTUAL	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DE ACOLHIMENTO	MOTIVO DO ACOLHIMENTO	PAI	MÃE	VÍNCULO COMUNITÁRIO E FAMILIAR ATUAL	ALGUMAS EVASÃO	ATIVIDADE/PROJETO/PLANO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
ISA	SIM	17	Sala de Recursos, sem série exata.	Aproximadamente 1 ano	Negligência e suspeita de abuso	Ausente	Ausente	Tinha vínculo com os irmãos mais velhos, porém esses pararam de visita-la.	NÃO	Não conclusivo
ANA	NÃO	17	9º ano (EJA)	3 anos	Abandono	Falecido	Falecida	Irmão visitava, porém parou.	SIM	Fez alguns cursos de artes manuais, como bijuteria, faz curso de informática. Houve uma tentativa de reintegração familiar com o irmão de parte de mais, mas não deu certo. Desligamento por maioridade.
SARA	NÃO	17	3º ano	2 anos e meio	Violência física, violência sexual, negligência, abuso de álcool e outras drogas pelos pais.	Ausente e paga pensão	Falecida	Tia e mãe	NÃO	Programa de jovem-aprendiz do Itaú. Desligamento por maioridade.
RAFA	SIM	16	Estadia temporária, aguardando	Nessa casa de acolhimento	Chegou pelo pernoite de	Desconhecido	Falecida	Irmãs, porém encontram-	NÃO	Não conclusivo

			resposta para matrícula.	o estava de forma temporária há 1 mês, porém seu histórico de acolhimento vem desde a infância. Sem informações exatas.	outro Programa, está em caráter temporário.			se afastadas por medida excepcional.		
ESTER	SIM	15	8º ano	10 anos	Abandono	Falecido	Falecida	Nenhum	Sem informações	Não conclusivo
CAROL	NÃO	15	6º ano	2 anos	Abandono e violência sexual	Desconhecido	Ausente	Tia e primas	SIM	Não conclusivo
JÉSS	NÃO	15	Sala de Recursos	Desde a infância, sem informações exatas.	Abandono	Desconhecido	Ausente	Nenhum	NÃO	Não conclusivo
ITA	NÃO	14	6º ano	Acolhida nessa casa há 5 meses, porém com histórico de acolhimento desde a infância. Sem informações exatas.	Abandono	Ausente	Falecida	Madrinhas	NÃO	Processo de adoção em família substituta
LUIZA	NÃO	14	4º ano	3 meses	Abandono e violência sexual	Desconhecido	Falecida	Tia e prima/os	SIM	Reintegração Familiar
LANA	NÃO	13	5º ano	Acolhida nessa casa há 5 meses, porém com histórico de acolhimento desde a infância. Sem informações exatas.	Abandono	Ausente	Falecida	Madrinhas	NÃO	Processo de adoção em família substituta

Há ainda os motivos de acolhimento por violência física, violência sexual e uso e abuso de álcool e outras drogas pelos pais, esses motivos de violência, em sua maioria, encontravam-se vinculados também ao abandono. Quanto à violência sexual, notou-se pela fala da técnica uma postura que parecia pender à uma “responsabilização” das meninas, principalmente daquelas que tinham mais de 14 anos.

Nos casos de violência sexual, nota-se certa inclinação por buscar uma culpa, mesmo que indireta, da vítima, ou uma justificativa por algum comportamento anterior

da mesma (PEIXOTO; NOBRE, 2015). Uma pesquisa desenvolvida pelo IPEA através do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), realizada entre maio e junho de 2014 em 212 cidades do Brasil, revelou que 58,5 % dos entrevistados acreditam que, se a mulher soubesse se comportar, haveria um menor número de casos de estupro. Apesar disso, a Constituição Federal, o ECA e o Código Penal são bem exatos quanto a esse tipo de violência. Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados no Código Penal (1940) como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça.

Consideramos que a psicoeducação sobre direitos fundamentais da infância e adolescência e direitos sexuais se faz necessária na realidade das instituições de acolhimento, podendo agir como prevenção para possíveis revitimizações e também gerando autonomia e auxiliando-as a compreender o que as levou ao acolhimento, quais são e podem ser os desdobramentos legais disso, e, principalmente, colocando as como sujeito de direitos e não como corresponsáveis por suas violências. A *psicóloga 3* entrevistada nesse estudo relatou um caso de abuso dentro da própria casa de acolhimento, que não a apresentada nesse trabalho, em um dos casos que pode acompanhar. A adolescente nesse episódio tinha 14 anos, vê-se assim, a urgente necessidade de um trabalho mais focal de conscientização e sensibilização junto aos profissionais que atuam na instituição e também com as próprias adolescentes.

Quando, em um determinado horário, a monitora foi realizar a ronda se deparou com o vigia, de 32 anos, deitado em cima de G. Nesse momento G. estava apenas com a vestimenta íntima inferior. G. alegou para as técnicas da casa, não ter ocorrido penetração e que era “consensual”, uma vez que os dois se gostavam romanticamente. Ao ser questionado, o vigia relatou que também gostava de G. e que já havia algum tempo que o mesmo a buscava na escola sem o conhecimento das técnicas (Psicóloga 3).

Cinco meninas apresentam vínculo com a família extensa, mais especificamente tia/os e prima/os e com madrinhas que as acompanham desde outras casas de acolhimento. Apenas uma menina encontra-se em processo de reintegração familiar e duas estão aptas à adoção por família substituta. As demais permaneceram na casa de acolhimento, em princípio, até completar 18 anos, seus processos de desinstitucionalização estão identificados no quadro acima como “Não conclusivos”. As três meninas com 17 anos encontram-se nesse processo de desinstitucionalização por maioria, uma recebe pensão do pai através de uma conta poupança, está finalizando o

ensino médio e se encontra em um programa de Jovem Aprendiz, a outra é PCD, recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e ainda estuda-se sobre seu caso. A terceira realizou alguns cursos profissionalizantes no antigo bairro onde se localizava a casa de acolhimento e hoje faz curso de informática, está cursando o 8º ano no EJA.

A cor das meninas apresentou-se como uma lacuna nas informações apresentadas no PIA, segunda a técnica informante, a maioria se autodeclara enquanto pardas, e assim também aparece em seus documentos de registro. Porém a própria técnica relata que isso é um pouco complicado de categorizar. Essa realidade também foi apresentada nos dados obtidos no SNA (2020), onde 64,3% das crianças e adolescentes acolhidos em território nacional não apresentam etnia declarada. Ao contrário de outras variáveis como idade, sexo, escolaridade onde as respostas são objetivas, as variáveis étnicas e raciais são influenciadas pelos padrões de inter-relacionamento étnico-racial existente em cada realidade local (PAIXÃO; CARNAVO, 2008). Paixão e Carnavo (2008) refletem sobre os vetores que fazem com que essa variável seja complexa de categorizar, alguns deles que cabe mencionarmos são: (a) como o indivíduo identifica a si mesmo, seus familiares e os que são próximos; (b) ideologias dominantes numa determinada sociedade o que influencia também em sua autopercepção de aparência física; e (c) o modo pelo quais as características físicas, raciais e étnicas são valoradas e estigmatizadas, chegando ao ponto de sofrerem discriminação por tal fato.

Segundo os dados do SNA de agosto de 2020, cerca de 75% do total de crianças acolhidas que tem como Órgão Julgador a Vara da Infância e do Idoso se Nova Iguaçu-Mesquita, são da raça negra, sendo 55% registradas como pardas. A junção dos pretos e pardos como categoria de análise em diversos estudos e pesquisas demográficas dá-se pelo fato das condições sociais desses dois grupos serem mais semelhantes entre si do que os indicadores sociais de pessoas brancas e também por como essa categoria se insere economicamente, socialmente, culturalmente na sociedade circundante (PAIXÃO; CARNAVO, 2008). Os indicadores de pretos e pardos tendem a convergir também quando reportados aos indicadores de qualidade de vida (Ibid.).

A variável racial é, sobretudo, uma variável social, ao se autodeclarar enquanto “pardo”, independente das efetivas origens, o fato é que essa está imersa numa sociedade estruturalmente racista e que não valoriza suas marcas raciais, pelo contrário, repugna. Há de se considerar assim que a dificuldade apresentada de categorização esbarra em crenças enraizadas desse macrossistema e que influencia como as adolescentes se enxergam e também como a instituição e outros microssistemas as veem. Abordar essa

temática nas instituições de acolhimento, principalmente nessa fase da adolescência, é de extrema importância para se trabalhar autopercepção, identidade e autoestima.

6.1 A construção dos processos proximais das adolescentes na instituição

Bronfenbrenner (2001) nos traz que vários aspectos se colocam como um conjunto de influenciadores no estabelecimento dos processos proximais, desde as características físicas do ambiente ao envolvimento afetivo com as figuras significativas que o compõem. Nesse capítulo, iniciaremos discutindo pontos relevantes para o entendimento da constituição de suas relações com a equipe técnica, as educadoras, umas com as outras, com o espaço físico da casa e também com outros microssistemas que as atravessam, como a família.

6.1.1 Análise do microssistema central: ambiente e espaço físico

Um aspecto importante que apareceu durante o primeiro encontro para realização da oficina foi a relação com o espaço físico, a instituição tinha mudado recentemente de endereço, uma das adolescentes disse preferir essa casa porque aqui elas não estavam em “perigo”, o que se sabe, de acordo com alguns relatos da equipe técnica e as informações pregressas de alguns casos atendidos na Associação Vida Plena de Mesquita, era que durante os finais de semana algumas adolescentes evadiam para passar o final de semana em bailes, não se tinha o conhecimento exato do que elas faziam e, algumas chegavam a se relacionar sexualmente com pessoas envolvidas com tráfico da região. Atualmente a casa está localizada no centro da cidade de Nova Iguaçu, e a mudança de localidade também implicou em outras questões como o envolvimento em atividades extras, cursos e profissionalização. As adolescentes disseram que nessa atual casa apenas dormem e não fazem mais nada, essa demanda foi apresentada também em conversa com a pedagoga da instituição, que nos relatou dificuldade em conseguir cursos extracurriculares e profissionalizantes para as adolescentes no centro da cidade, a maioria dos cursos e atividades oferecidos eram particulares e não ofereciam bolsas, mas quando encontravam-se em um bairro menor, havia uma rede construída de ONGs, igrejas e associações, e a oferta de atividades para as meninas, conseqüentemente, era maior. Também nos foi relatado que por conta da localização geográfica a equipe optou por matricular as adolescentes na mesma escola, embora não avaliassem o ensino da escola de forma tão positiva, a escolha foi feita visando facilitar a locomoção das adolescentes na região.

Foi realizada uma visita à antiga casa nos meses anteriores, no início da parceria com a instituição, a estrutura era boa e grande, similar a atual, entretanto as camas das meninas eram de concreto e um colchão apenas ficava por cima, completamente diferente dessa casa atual, onde elas tinham beliches e banheiros nos quartos. Na atual casa há uma piscina, porém durante todos os dias de visita, mesmo os com temperatura mais alta, essa não estava em uso e nem cheia. Ao ser questionada sobre, uma das técnicas disse que a manutenção da piscina era cara e inviável para a instituição. É importante pensar a relação das adolescentes com a casa e o quão pertencentes essas se sentem a esse espaço, o quanto se apropriam ou não do mesmo como uma configuração de “lar”. Devido às limitações que ocorreram no decorrer da pesquisa, essa reflexão não pode ser feita, mas sinalizamos aqui sua importância para estudos seguintes.

Durante a primeira conversa com a pedagoga ela relatou sobre uma menina que havia tentado fugir pulando o muro da instituição e que acabou lesionando a perna. Outras meninas durante as oficinas haviam dito sobre quando fizeram uma tatuagem juntas, que haviam feito em um dia que tinham saído pra “curtir”, contaram um pouco da festa que haviam ido, mas ao perguntar por quanto tempo elas ficaram fora e onde ficaram, elas não responderam. Durante o período de isolamento social, foi nos informado que mais duas meninas haviam evadido, uma estava na casa da tia e ainda estavam tentando encontrá-la. Ao retornar para a casa de acolhimento após a evasão as meninas passam por algumas sanções como forma de puni-las pela ação. Não são muitos os estudos que se proponham a entender a evasão nas instituições de acolhimento, mas uma explicação possível seria a busca por uma situação de liberdade e autonomia em contraposição à rotina e às regras da instituição ou a busca dos vínculos anteriores ao acolhimento (ROSA, et.al., 2012). Siqueira, Massignan e Dell’Aglia (2011 p.389) ressaltam que o “processo de tornar-se adolescente envolve a busca de autonomia e liberdade (...) que podem fazer com que os adolescentes vivenciem um período de maior vulnerabilidade aos conflitos e problemas cotidianos”.

6.1.2 O microsistema e os processos proximais

Ainda em análise dos processos proximais envolvendo o microsistema da casa de acolhimento, iremos nos debruçar na relação percebida entre as meninas umas com as outras e também com a equipe técnica e educadores. Nesse primeiro contato podemos perceber que a relação das adolescentes com as educadoras sociais parecia ser bem próxima, elas interagem, brincavam umas com as outras e faziam piadas, o que não parecia ser tão parecido com os profissionais da equipe técnica, durante a oficina, por

exemplo, as meninas demonstraram rapidamente sua insatisfação com algumas profissionais da casa, fazendo piadas ou revirando os olhos, mas não deram continuidade ao assunto. Numa entrevista realizada uma das adolescentes que passou por essa casa de acolhimento, institucionalizada desde 1 ano de idade, e hoje recém-desinstitucionalizada, ela relatou que as educadoras eram quem sabiam do que acontecia, porque ficavam mais tempo com elas, e que a equipe técnica parecia olhar com um pouco de superioridade. A adolescente mantém até hoje contato e amizade com uma educadora social de um dos abrigos no qual ela ficou durante os 18 anos institucionalizada, relata ainda que alguns assuntos, como sexo e sexualidade, os educadores conversavam com elas, *“falaram sobre isso duas vezes só numa roda, mas falaram de forma bem aberta (...) mas tinha alguns preconceitos também às vezes sobre sexualidade”* (adolescente).

Corroborando com essa informação sobre a proximidade das educadoras, uma das psicólogas do LEVICA entrevistada também nessa pesquisa, ao falar de um caso de desinstitucionalização que acompanhou nessa casa, relata um pouco sobre a relação de sua paciente com uma educadora da casa: *“Eu pude perceber que a educadora tava só fazendo um acolhimento, que a minha paciente era muito querida por ela, mas ela tinha a vida dela, os planos dela (...) E a minha paciente falava que a F. era pra ela como uma mãe (...) mas por parte de F. não tinha a intenção de adotá-la, ela até passava alguns finais de semana na casa dela, mas não mais que isso”* (Psicóloga 1). Essas informações nos chamam atenção para a real necessidade e urgência de trabalhos que envolvam os educadores das casas de acolhimento, sejam cursos, capacitações, ou rodas de conversa para troca de experiências, pois esses parecem ser figuras importantes no cotidiano das adolescentes. Diante disso e da análise dos dados obtidos, alguns questionamentos a serem respondidos apareceram referentes sobre qual seria a participação dos educadores no processo de desinstitucionalização. Há algum tipo de ação? Eles participam de reuniões junto com a equipe técnica? Eles são ouvidos a respeito de suas percepções sobre as adolescentes?

Um quesito que é preciso ser analisado para entender como se dá o envolvimento afetivo e estabelecimento dos processos proximais com a equipe técnica é a rotatividade da mesma. Nas entrevistas realizadas com algumas técnicas, todas exerceram, ou exerciam, no caso da coordenadora, suas funções na casa de acolhimento por no máximo dois anos e também não tinham experiência pregressa em outras instituições de acolhimento. Pensando a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, a rotatividade de funcionários foi apontada na literatura como fator de risco no nível da pessoa (SIQUEIRA; DELL'ALGIO, 2007), esse fator é relevante para o desenvolvimento dos

acolhidos, podendo levar a uma dificuldade na construção de vínculos afetivos estáveis e duradouros (Ibid.). A rotatividade de profissionais foi algo sinalizado pelas psicólogas do LEVICA entrevistadas: *“o troca troca de profissionais prejudica ainda mais alguns processos”* (Psicóloga 2); *“a gente tem uma relação boa com a equipe técnica, aí eles vão lá e mudam”/“minha paciente tinha uma relação de confiança com a psicóloga, mas trocaram”* (Psicóloga 1).

Logo no início do isolamento social por conta da COVID-19 houve mais uma troca e também remanejamento de profissionais para outros equipamentos, pudemos acompanhar a dificuldade relatada pela nova profissional em se vincular com as meninas nesse primeiro momento, principalmente levando em conta o cenário macro em que se encontravam. Percebemos o quão prejudicial pode ser a grande rotatividade de profissionais nos equipamentos de Alta Complexidade da Assistência, como são os abrigos institucionais, pensar a mudança contínua de profissionais é pensar, em nível subjetivo, no fluxo de pessoas que continuam entrando e saindo da vida dessas meninas, fazendo com que o estabelecimento de vínculos seguros e estáveis seja dificultado, as relações principais assim, considerando que a casa de acolhimento se torna um microssistema central da vida delas, se tornam voláteis. E em um nível técnico e prático, a efetividade do trabalho passa também a ser comprometida. Uma das técnicas entrevistadas, ao relatar sobre um caso de desinstitucionalização que acompanhou, apontou essa mudança de profissionais como um complicador para o desligamento: *“Além disso, a equipe envolvida no processo de desligamento, na qual eu fazia parte era recente na instituição e na vida da adolescente, tínhamos muito a fazer em pouco tempo. O trabalho inicial foi a construção de vínculo com a adolescente, posteriormente, auxiliá-la no desenvolvimento do auto suporte e autonomia”*. (Técnica 1).

A relação das meninas entre si, enquanto grupo e integrantes do fator pessoa que vive os processos proximais e as variações ambientais nesse microssistema central, não nos pareceu de total amigável. Diante os registros do diário de campo e das observações obtidas durante as oficinas, notou-se que algumas meninas mantêm uma amizade, duas meninas inclusive têm a mesma tatuagem simbolizando essa relação, porém não nos pareceu ser uma regra. Ademais, não podemos identificar mais sobre os processos proximais vividos por elas por conta dos empecilhos encontrados no prosseguimento da pesquisa, mas a adolescente recém-desinstitucionalizada entrevistada trouxe em sua fala certa validação dessa percepção inicial, desvelando as tensões dessas relações. *“Unidas na porrada só, tinha muita briga, e aí tinham meninas com mania de roubar, chegavam e queriam roubar as coisas”*. (Adolescente). E enquanto falava sobre essa relação,

novamente a sexualidade entrou em quanto temática, se mostrando como tema de grande relevância e que necessita de trabalhos e estudos mais aprofundados com essa população. *“As meninas faziam coisas (referindo-se às carícias e relações sexuais) uma com as outras e na frente de todo mundo, no mesmo quarto. Não tinha respeito”.* (Adolescente).

6.1.3 Outros microsistemas das adolescentes em acolhimento

O ECA sinaliza a importância e prioridade do direito à reinserção familiar e convivência comunitária, entretanto, ao pensar em adolescentes que se encaminham ao processo de desligamento por maioridade, falamos, muitas vezes, de vínculos familiares rompidos, seja pela violência e pelos motivos que levou o adolescente ao acolhimento, denunciando uma falha anterior da rede de proteção. Ou seja, por afastamento da família extensa, em caso de pais falecidos ou em situação de irregularidade legal e risco. Das adolescentes participantes dessa pesquisa que se encontram na faixa-etária de 16 a 17 anos, apenas uma tem um vínculo e visitação regular da família extensa.

Ao buscar entender o estabelecimento dos processos proximais no microsistema família, precisamos levar em consideração o ambiente que, muitas vezes, pode ter sido o violador de direitos das adolescentes, considerando a incidência de violência-intrafamiliar, mais especificamente abandono e negligência, nesse caso particular da instituição que estamos a analisar. Rosa, et al (2010) lendo Brofrenbrenner destaca como o ambiente pode ser um potencializador ou inibidor de habilidades no desenvolvimento da pessoa e de suas relações. “Nem sempre as condições familiares que levaram crianças e adolescentes a serem institucionalmente acolhidos são realmente superadas durante o período de acolhimento” (ROSA, et.al., 2010 p.238) e a situação que muitas vezes essas famílias se encontram, faz com que as adolescentes considerem a instituição como provedora do apoio emocional e instrumental, contribuindo para que elas se sintam pertencentes ao contexto institucional e resignadas quanto ao retorno ou pertencimento à família (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL’AGLIO, 2011). Uma fala da adolescente entrevistada, institucionalizada desde 1 ano de idade, e tendo dado entrada na instituição juntamente com sua mãe, que também permaneceu institucionalizada por ser menor de idade, ilustra esse pensamento: *“O abrigo era minha casa, eu achava que nunca ia sair dali”* (Adolescente).

Muitas vezes o vínculo familiar existente para essas meninas se dá através dos irmãos mais novos ou de idade similar que também se encontram em acolhimento institucional. Nos dados das adolescentes participantes desse estudo, pode ser percebido que em 8 dos 10 casos a ausência paterna está manifestada, seja por desconhecimento ou

ausência, o que nos leva a problematizar questões estruturais postas em nossa sociedade relacionadas a masculinidade e paternidade, como o índice de mães-solo e crianças que sofrem o abandono paterno e crescem sem terem sua identificação nos registros de identidade. Siqueira e Dell’Aglío (2007 p.140) ao analisar os fatores de proteção identificados na família no nível pessoa, indica que “as crianças e adolescentes que estiverem sob cuidados não-familiares caracterizam mais suas relações com irmãos com sentimentos positivos do que suas relações com suas mães. Além disso, a relação entre irmãos pode ser mais duradoura do que a relação entre pais e filhos”, é comum perceber nas falas dessas adolescentes o desejo de sair da casa de acolhimento e ter condições para juntar os irmãos novamente. Ainda assim, o não desmembramento de grupos de irmãos no momento do acolhimento e da adoção é um desafio para as instituições de acolhimento, ainda que a regra de prioridade seja expressa diante a lei (BRASIL, 1990). Mesmo após a separação, a instituição pode se colocar ainda como entrave para a manutenção de vínculo desses, a adolescente entrevistada, tem alguns irmãos menores que encontram-se no programa de família acolhedora, com os quais ela diz não conseguir ter muito contato, tem também um irmão de 17 anos em abrigo institucional que encontra-se no processo de desinstitucionalização por maioridade, mas diz que só teve contato com ele no período de institucionalização porque ele pediu para que a equipe técnica do abrigo onde ele estava o levasse até ela, mas que as instituições pelas quais ela passou não se propuseram a ter essa iniciativa. A adolescente conviveu em mesma instituição de acolhimento que os irmãos apenas em seus primeiros anos de vida. Essa relata que seu irmão que está próximo de se desvincular da instituição de acolhimento pretende morar com ela, a adolescente mora hoje como inquilina numa casa de uma ex-professora e a mantém com Aluguel Social e com a renda que ganha no trabalho de Jovem Aprendiz. Essa casa é no mesmo terreno onde a ex-professora reside e a adolescente se encontra lá, a princípio, até sair seu apartamento no programa Minha Casa Minha Vida, no qual havia sido inscrita pelas técnicas.

É importante dessa forma, pensar em fluxos de ações que viabilizem a manutenção dos vínculos familiares ainda existentes para essas meninas, principalmente com os irmãos que estejam dentro do sistema de acolhimento, e também investir e potencializar as relações proximais com a equipe técnica e os educadores nesses casos, pois a casa de acolhimento pode se constituir como “um lugar de referência, proteção, lugar este que a família de origem, no momento, não representa” (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL’AGLIO, 2011 p. 389).

Assis (2014) ressalta a importância dos vínculos externos das adolescentes, para que enquanto pessoas em desenvolvimento, possam “aflorar se lado subjetivo e desenvolver potenciais que podem estar tolhidos por faltas de estimulação, atenção e afeto” (WESLLING, 2004, p.33 apud ASSIS, 2014, p.49). No que tange a outros microssistemas externos à casa de acolhimento nos quais as adolescentes encontram-se inseridas, o que podemos perceber é que a casa está localizada próxima a um dos principais *shopping* da cidade e elas dizem ir até lá para passear com certa frequência, algumas também frequentam cultos religiosos em igrejas e de acordo com uma das técnicas estavam em processo de encontrar um terreiro de umbanda para uma das meninas que manifestou interesse em conhecer mais da religião. Em entrevista com a adolescente recém-desinstitucionalizada, ao falar sobre como era namorar na casa de acolhimento, relatou ser muito difícil, com pouca privacidade e regras de horário bastante rígidas. Disse que só conseguiu ir visitar o namorado porque a mãe dele era madrinha dela durante o acolhimento e que houve uma autorização pelo juiz.

6.2 A construção de projetos de vida e de autonomia durante o processo de desinstitucionalização

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento traz o conceito de transição ecológica que nos auxilia a pensar o processo de transição dos adolescentes acolhidos institucionalmente que atingem a maioridade, pensando que essa transição se dá a nível espacial, social e também biológico, considerando as mudanças oriundas da adolescência, as adaptações internas e externas adicionais nesse período de busca de autonomia e de identidade própria (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2011).

As transições ecológicas correspondem a uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos. As transições são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental, além de serem geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007, p.136).

Considerando essas transições como grandes marcos no desenvolvimento do indivíduo, podemos analisar o processo de desinstitucionalização através desse prisma, dependendo da forma como ocorrem, essas variações podem favorecer ou não o desenvolvimento e as relações proximais, e os contextos ecológicos em que esses

adolescentes estão inseridos podem, dessa forma, auxiliar nesse processo. Falar da saída desses adolescentes da instituição, é falar da qualidade do serviço oferecido durante o período no qual eles se encontram acolhidos, da capacitação dos profissionais dessas casas de acolhimento, de instrumentos de manejo sistematizados para lidar com essa demanda e também dos vínculos e afetos estabelecidos do adolescente e do corpo técnico da instituição, munindo-os de informações sobre seu próprio processo dentro da instituição, fazendo com que os adolescentes se tornem também protagonistas de seus projetos de vida.

Como proposto por Silva (2010) pensaremos o processo de desligamento institucional obrigatório por maioria a partir do conceito de desinstitucionalização, esse termo surge em 1960 nos Estados Unidos e era utilizado para se referir ao processo de alta e reinserção social de pacientes psiquiátricos (SILVA, 2010, p.56). Discutir o desligamento das instituições por esse viés, significa atrelá-lo a um processo de desenvolvimento de autonomia que prepare o jovem para viver em sociedade e trabalhe a independência em relação à instituição, evitando o que Basaglia (1985) apud Silva (2010, p.57) chamou de “dependência institucional”, principalmente quando se trata de longos períodos de institucionalização. Esse processo pode se configurar como um momento de intensas emoções para os adolescentes, gerando tensões, incertezas, medos e inseguranças.

É compreensível que adolescentes abrigados sem perspectivas de retorno ao lar e sem possibilidade de encaminhamento à família substituta e cuja autonomia não foi suficientemente fortalecida apresentem sofrimento durante a iminência de sua saída da instituição. Por isso, a busca pela independência dos adolescentes abrigados deve ser um trabalho constante dentro dos serviços de acolhimento, juntamente com a devida qualificação profissional e o trabalho de inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2010, p.58)

A adolescente entrevistada ao falar desse processo relata um momento de grande angústia, quando após uma devolução pela família que a acolheu durante 1 ano e meio, ela se viu pressionada, segunda a mesma, pela equipe técnica para sair da casa de acolhimento aos 18. A adolescente diz que nesse período evadiu da instituição por um final de semana, devido à uma crise de ansiedade, “*elas deveriam fazer isso desde que a gente chega, eu me senti muito pressionada [...] foi quando tive uma crise de ansiedade*”. (Adolescente). Sem suporte familiar e garantia de amparo do poder público, a falta de segurança para seguir adiante, de suporte financeiro, afeito e social se apresenta com o

sentimento de desamparo e angústia (GARCIA, 2019, p.81). Destacamos aqui a fala de uma das psicólogas entrevistadas que acompanhou um processo de desligamento institucional por reinserção familiar, *“acredito que os processos de desligamento pudessem ser mais afetuosos, tendo em vista que as crianças e adolescentes muitas vezes só tem aquele lugar como ponto de apoio. Percebo que as vezes as casas só querem se livrar do ‘problema’”* (Psicóloga 2), continua dizendo que *“o medo de não ser ouvida novamente caso algo desse errado na reinserção e não aceitarem ela de volta era algo muito presente. O trabalho naquele momento se deu em prol da compreensão de que ela não estava mais sozinha e que a ONG estaria ali sempre”* (Psicóloga 2).

Em busca de garantir a efetivação da provisoriedade do acolhimento institucional, e de, em dado momento sanar seus próprios receios, como destacado na fala de uma das técnicas *“Justamente por ainda não ter participado desse processo, não tenho como expressar o sentimento efetivo. Porém, enquanto técnica, acredito que o medo de como será a vida da adolescente pós-instituição, permeia o meu imaginário”* (Técnica 3), muitas instituições tendem a promover a reinserção de crianças e adolescente em famílias que não têm condições de reassumir a parentalidade (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL’AGLIO, 2011, p.388) ou pressionam o adolescente a desenvolver ações referentes a trabalho, escolaridade, economia financeira, quase de “uma hora para outra”.

A política da brevidade institucional, que tem por objetivo o desligamento institucional a qualquer custo, segundo Fonseca, é inspirada no desejo de corrigir os erros das políticas de institucionalização do passado que permitiam a institucionalização de crianças e adolescentes por longos períodos. No entanto, essa política pode estar equivocada quando peculiaridades de cada caso não são consideradas no processo de reinserção” (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL’AGLIO, 2011, p.388).

A pressão para a reinserção foi também destacada pela adolescente ao lembrar do processo de desinstitucionalização vivido, ela relata que não tinha interesse em estar com a mãe e nem vê-la, mas a mesma aparecia em seu estágio e às vezes fazia “escândalo”, mas que a equipe técnica da casa insistia pelo contato, *“teve uma vez que eu cheguei e minha mãe e minha irmã tavam lá, eu passei direto e não falei com elas porque eu já tinha dito que não queria. Ai me deixaram de castigo por causa disso”* (Adolescente). As psicólogas do LEVICA entrevistadas trouxeram em suas falas também insatisfações a respeito disso:

“Lembro que uma vez uma técnica me falou que a paciente em questão ‘tinha família e que deveria voltar para lá e buscar se entender com mãe ...’ Além disso, ela lembrava sempre a questão do tempo que a adolescente já estava na casa ‘mesmo tendo família’. Compreendo que talvez ela como profissional era cobrada por isso, mas, olhar com essa impessoalidade foi algo que me incomodou” (Psicóloga 2).

“Outra questão que pude observar é a obrigatoriedade que a instituição tem que desligar o adolescente, ao mesmo tempo que não tem muita noção de como proceder nesse momento. O que acaba gerando mais ansiedade no adolescente, uma vez que tudo é inserto: o apartamento da Minha Casa Minha Vida que não tem data para sair, o aluguel social que tem um limite de tempo, além do pavor de ter como única opção ir para a república para adultos fornecida pelo Governo. Enfim, uma série de incertezas e medos que geram, no adolescente, um sofrimento psicológico gigantesco” (Psicóloga 3).

A escuta do adolescente nesse momento, bem como, o compartilhamento de sua situação é importante para desenvolver autonomia e protagonismo nesse processo, compreendendo-o em toda sua complexidade, não se restringindo apenas a impressões de currículo e incentivo à busca de emprego (ASSIS, 2014). De acordo com a literatura, muitos adolescentes não tem conhecimento do seu processo e não sentem que estão sendo preparados para deixar a instituição, desconhecendo espaços coletivos ou individuais onde isso é tratado de forma aberta (GARCIA, 2019; ASSIS, 2014). Segundo CONANDA (2009) no título sobre fortalecimento de autonomia:

Todas as decisões a respeito de crianças e adolescentes atendidos em serviços de acolhimento devem garantir o direito de ter sua opinião considerada. Por meio de métodos condizentes com o grau de desenvolvimento da criança/adolescente, deve-se assegurar o direito à escuta nas diversas decisões que puderem repercutir sobre seu desenvolvimento e sua trajetória de vida, envolvendo desde a identificação de seu interesse pela participação em atividades na comunidade, até mudanças relativas à sua situação familiar ou desligamento do serviço de acolhimento (BRASIL, 2009).

A autonomia das meninas na Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras parece ser estimulada, embora seja uma autonomia tutelada (GARCIA, 2019) todas têm seus armários com chaves, pelas quais elas se responsabilizam. Na oficina de miçangas, uma das meninas fez um colar para pendurar sua chave, dizendo que assim não a perderia. Algumas adolescentes possuem celulares e itens de uso pessoal não compartilhados, que

são dados e oferecidos por padrinhos, madrinhas ou algum membro da família extensa. Há uma escala de limpeza da casa e de organização do espaço, e também uma regra de privilégios, onde as que conseguem, segundo a pedagoga, “conquistar a confiança” da equipe técnica e dos educadores ganham alguns privilégios a mais.

A ida a escola é acompanhada de uma educadora a pé ou pelo carro da casa. Assis (2014) ao entrevistar adolescentes em acolhimento, relata que ao oferecer excessiva proteção, a instituição de acolhimento pode acabar privando o adolescente de determinadas experiências ao recusar a negociação de algumas regras, experiências essas que poderiam auxiliar nesse processo de transição e desinstitucionalização. O CONANDA (2009) traz ainda exemplificações de ações mais específicas que auxiliariam nesse processo de desenvolvimento de autonomia nas instituições:

Assim, de modo gradativo e estritamente com função pedagógica, devem participar da organização da rotina diária da instituição e assumir responsabilidade pelo cuidado com seus objetos pessoais, com seu autocuidado e cumprimento de compromissos (escola, atividades na comunidade, trabalho, etc). É importante ressaltar que a participação das crianças e adolescentes nas tarefas relacionadas aos cuidados domésticos devem ser estimuladas, sem detrimento, todavia, de qualquer outra atividade lúdica ou educativa. Na frequência a atividades realizadas na comunidade - escola, rede de saúde, atividades culturais, esportivas, de lazer e outras - considerar-se-á o estímulo gradativo à autonomia. Nesse sentido, não devem ser impostas restrições injustificáveis à liberdade e conduta, em comparação com crianças e adolescentes da mesma idade e comunidade. Tais restrições devem ser condizentes com o grau de desenvolvimento e capacidade da criança e do adolescente e restritas apenas àquelas necessárias para viabilizar sua segurança e proteção. Para ampliar a iniciativa, autonomia e o senso de responsabilidade é importante que as crianças e adolescentes acolhidos possam participar, ainda, de atividades rotineiras como ir à padaria ou ao supermercado, recebendo instruções sobre como lidar com o dinheiro. Geralmente os serviços de acolhimento pouco propiciam o contato de crianças e adolescentes com esse tipo de conhecimento, aspecto que será fundamental para a construção de projetos de vida ligados ao trabalho e aquisição futura de autonomia financeira. [...]

Sempre que possível, deverá também ser oportunizada a participação das crianças, adolescentes e jovens em serviços de acolhimento - ou adultos com histórico de atendimento nesses serviços durante a infância, adolescência ou juventude – nas instâncias de formulação de políticas públicas, que constituem importantes espaços para estimular a participação social e o protagonismo,

como as Conferências da Assistência Social, do Direito de Criança e do Adolescente, etc. (BRASIL, 2009).

É importante que não só as ações para a desinstitucionalização sejam realizadas, mas também a comunicação e explicação dessas para os adolescentes e também para outros profissionais, como os educadores sociais que convivem diariamente com esses. Em entrevista a adolescente relata que apenas na terapia ela descobriu como utilizar um cartão de conta em banco, que até mesmo isso não era explicado a ela. A psicóloga do LEVICA que a atendeu, ao lembrar do ocorrido e discursar sobre a importância do processo terapêutico na desinstitucionalização diz:

“Foi de extrema necessidade pois, além de dar todo o suporte psicológico durante esse período de sofrimento psíquico, também foi importante para o processo de empoderamento do mesmo. Ou seja, trabalhar um projeto de vida pontuando aspectos desde a sua concepção identitária, fortalecimento de vínculo, educação financeira, e também aspectos mais simples, exemplo, usar um cartão de banco, crédito (o adolescente não fazia ideia de como usar e nunca tinha pegado em um cartão crédito/banco).” (Psicóloga 3).

6.2.1 Recursos metodológicos para auxiliar o processo de desinstitucionalização

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA prevê a obrigatoriedade da elaboração de Planos Individuais de Atendimento para crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional. De forma conceitual, o documento “Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento” elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em 2018 nos traz que:

O PIA é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento (BRASIL, 2018).

Entendemos então a partir da leitura de tais orientações que o PIA se dá como instrumento que auxilia a equipe técnica na intervenção e acompanhamento das crianças

e adolescentes acolhidos, bem como suas famílias. Tendo como norteadores: a provisoriedade do acolhimento institucional, atenção às especificidades, respeito à diversidade e não discriminação, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, a parceria com outros equipamentos da rede, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade Básica de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), escolas e Organizações Não-Governamentais, garantia da participação dos representantes de vínculos comunitários e da própria criança/adolescente de acordo com sua fase de desenvolvimento, a preparação para o desligamento da instituição e o acompanhamento pós-desligamento. Segundo o Art. 101 do ECA, § 6º incisos I a III:

Devem constar do PIA, dentre outras informações: I – Resultados da avaliação interdisciplinar: com informações do estudo diagnóstico prévio que subsidiou a aplicação da medida protetiva de acolhimento; II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar; III – a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, visando a reintegração familiar ou, esgotada estas possibilidades, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária (BRASIL, 1990).

As ações de planejamento que dizem sobre reintegração familiar, inserção em família substituta ou desligamento por maioria, são advindas das orientações construídas no PIA, que em dado nível, quando necessário, deve ter informações sobre a história de vida e origem do indivíduo. A percepção da análise do PIA das adolescentes realizada juntamente com uma das técnicas da instituição, foi somente um documento identificatório e de registro das adolescentes inseridas no serviço de acolhimento. Ao serem questionadas sobre o acesso a programas, protocolos ou treinamento que as auxiliassem nesse processo de desinstitucionalização, as técnicas embora tenham relatado seguirem as “Orientações Técnicas para Serviço de Acolhida para Crianças e Adolescentes”(2003), e esse documento oriente à atenção especial para os casos de desligamento por maioria, destacando o fortalecimento da autonomia da criança e adolescente e o desligamento gradativo, encontram ainda uma lacuna prática-metodológica para que isso se dê de forma sistemática e satisfatória. *“Bem, não foi um treinamento, mas orientações dentro das normativas para profissionais que atuam em acolhimento institucional. Em paralelo é sempre bom trocar com os colegas que já atuam na área” (Técnica 2).*

Tal constatação também é apresentada na literatura, onde se apresenta a existência de documentos institucionais que descrevam como deve acontecer o processo

de desinstitucionalização e desligamento obrigatório por maioria, mas que não contempla de forma total as necessidades do Serviço e que os “protocolos” acabam ficando por conta de cada instituição e de seu Projeto Político Pedagógico (GARCIA, 2019). Nas entrevistas com as psicólogas do LEVICA, houve um consenso sobre a necessidade de se trabalhar mais profundamente projetos de vida com as adolescentes de forma sistemática, metodologias que as auxiliem em decisões futuras e no planejamento da vida pós-instituição.

Em Portugal, na política que orienta as ações em Lares de Infância e Juventude (LIJs) “depois da avaliação diagnóstica dos casos, ocorre a planificação de uma intervenção individualizada que contenha objetivos específicos que se encontram delineados e que são acompanhados e avaliados pelos técnicos” (BRITES, et.al. 2016 p.86), além desse plano individualizado há também a construção dos projetos de vida dessas crianças e adolescentes, partindo sempre dos objetivos estabelecidos anteriormente pelo PIA. Ou seja, não há uma sobreposição de um ao outro ou substituição, há um trabalho de complementar das ações. Para Brites, et al. (2016, p.85) “a decisão sobre o projeto de vida de cada criança institucionalizada encontra-se destinado às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos tribunais. Estas decisões são tomadas com base na análise dos relatórios que são estruturados pelos técnicos que estão com a criança/jovem no seu dia-a-dia e avaliam a forma como ocorre a interação e a relação afetiva com a família”.

Há ainda, nos países parceiros da União Europeia, um programa denominado Programa *Umbrella* que caracteriza-se por ser psicopedagógico e foi desenvolvido através do Projeto Leonardo da Vinci (1997-2000) visando o desenvolvimento de habilidades sociais para a vida independente e a transição para a vida adulta de adolescentes em acolhimento e a capacitação e preparo de profissionais que atuem com essa população. Servindo assim, como uma “caixa de ferramentas” que o educador e profissional técnico tem a sua disposição para utilizar de forma adequada para cada caso (TIMONEN-KALLIO, et. al, 2000).

De certo, devemos considerar a realidade múltipla do Brasil, que, de muitas formas, não se assemelha a outros países, principalmente os que são participantes da União Europeia. Entretanto, pensar essas outras experiências com êxito em planejamentos sistemáticos, nos faz deparar com as limitações e dificuldades enfrentadas pelas instituições de acolhimento brasileiras no que se refere ao desligamento institucional por maioria, principalmente, sobre seu êxito. E pensar projetos e estudos futuros que pensem planejamentos metodológicos e práticos para auxiliar os profissionais e equipe

técnica dessas instituições nos diferentes aspectos que precisam ser abordados durante esse processo com os adolescentes, como a autonomia, a profissionalização, as relações afetivas, etc. Bem como, conseqüentemente, auxiliar os próprios adolescentes nesse processo particular e complexo que é o desligamento institucional, reparando, de certa forma, como diz Garcia (2010, p.94), “os processos de desigualdade social que a própria política produz, ou ao menos, reforça”.

6.3 Políticas Públicas e o contexto ecológico no processo de desinstitucionalização

Conceber o desligamento institucional de forma gradativa é também pensar que a desinstitucionalização é um processo, e, por assim ser, pode contar com um ponto de partida, sendo esse o momento que a criança ou adolescente chega à casa de acolhimento. Entretanto, é complicado pensarmos esse processo com uma data de validade, sendo essa, a maioridade. O desligamento não deve ser visto apenas como a saída do acolhimento, mas um processo de desenvolvimento de autonomia que prepare o adolescente para viver em sociedade (GARCIA, 2019). Uma das psicólogas do LEVICA, ao ser questionada sobre sua opinião acerca do processo de desligamento, mencionou: *“Muito difícil essa pergunta. Desligar a gente desliga uma TV, um computador... Agora uma pessoa? Como que desliga?” (Psicóloga 1).*

Como uma alternativa que contribua para esse processo, temos tipificado o Serviço de Acolhimento em República, oferecendo moradia para esses adolescentes após atingirem a maioridade (SILVA, 2010), essa modalidade é prevista na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que garante o acolhimento para jovens entre 18 e 21 anos (BRASIL, 2009). A República amplia a possibilidade desse jovem ter um tempo maior para a preparação para a vida adulta, porém, Vincentin, et.al. (2020, p.119) nos traz que há um perfil esperado do jovem que poderá ser encaminhado para esse serviço, que é avaliado durante seu período na instituição pela equipe, como aqueles que “trabalham, já tem autonomia, que consegue morar sozinho”, o que, considerando as limitações apresentadas nos capítulos anteriores, restringe consideravelmente o número de adolescentes que estariam aptos para ingressar no programa. Além disso, nem todos os municípios oferecem esse tipo de serviço, que ainda é pouco conhecido e divulgado (GARCIA, 2019), e direcionar um jovem para outro município que ofereça esse serviço, tendo como premissa que a rede de apoio e as relações proximais estabelecidas em sua localidade é de fundamental importância no processo de desinstitucionalização, bem

como a previsão do ECA assegurando a convivência familiar e comunitária, seria como garantir um direito, violando outro.

Esse é o caso do estado do Rio de Janeiro, onde há oferta de serviço na capital, porém não em outras cidades da região metropolitana, como Nova Iguaçu, cidade do local da pesquisa. Pensando também por esse viés, “sempre que possível é recomendável que os jovens deverão tenham participação ativa na escolha dos colegas de República, de modo a que, na composição dos grupos, sejam respeitadas as afinidades e vínculos previamente construídos” (BRASIL, 2009, p. 86). A adolescente entrevistada falou sobre a possibilidade de ser direcionada à República na capital, porém de forma contrária à ação, “ (...) *eles falaram que eu podia ir pra República no Rio, mas se eu fosse pra lá, eu ia só sair de um abrigo e ir pra outro, e eu não queria isso*”. (Adolescente).

De acordo com Garcia (2019, p.83), ao considerar a maioridade no contexto de desligamento, é necessário entender que isso vai muito além da fase definida judicialmente, mas que se expressa “como momento de reconhecimento próprio enquanto sujeito histórico, capaz de se inserir no ‘mundo adulto’, assumir responsabilidades e conquistar o seu espaço”, ainda que esse processo seja envolto por incertezas e dúvidas. Entende-se a partir disso que estender o Serviço de Acolhimento em República para outros municípios, concebendo-o como um recurso da rede de assistência para auxiliar essas adolescentes nesse processo é de fundamental importância, mas ainda assim, precisa ser um paliativo e não um fim em si mesmo. A desinstitucionalização de sucesso ainda é aquela que se inicia no momento de entrada da criança e do adolescente no serviço de acolhimento, de forma a fortalecer a autonomia, a profissionalização e a educação.

6.3.1 O Trabalho em rede no processo de desinstitucionalização

Para ser realizado de forma gradativa, o desligamento institucional não pode ser restrito apenas à casa de acolhimento e ao Órgão Judicial responsável, mas deve contar com toda Rede Protetiva e seus equipamentos. Segundo Garcia (2019, p.98) “o Serviço de Acolhimento não funciona por si só, é necessário um conjunto de políticas atuando conjuntamente, assegurando os direitos das crianças e adolescentes e suas famílias, com uma articulação estratégica que potencialize o atendimento às necessidades desses usuários”. Todos os profissionais entrevistados ressaltaram a importância de não estar nesse processo de forma isolada. “*Sempre é bom que seja algo construído com as partes e demais equipamentos. Os que foram reinserção familiar, articulamos continuidade do acompanhamento com CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social e Abrigo e outras secretarias, como escola, saúde.*” (Técnica 1); “*O envolvimento dos*

outros equipamentos é essencial para encorpar o planejamento de desligamento e torná-lo possível” (Técnica 4). A assistência social enquanto política de universalização de direitos só será possível mediante a articulação com as demais políticas sociais, caso contrário ficará focalizada e não propiciará a efetiva inclusão social (Garcia, 2019, p.98).

Ao serem indagadas sobre o que pensam da condução do desligamento por parte das Comarcas e da equipe técnica da casa de acolhimento, todas as psicólogas do LEVICA demonstraram certa insatisfação. *“O processo de desligamento é permeado por lacunas. Tais lacunas, poderiam ser extintas se o trabalho em rede fosse bem consolidado” (Psicóloga 3),* sinalizando inclusive a problemática advinda após o desligamento, indicando um desamparo legal diante de seu novo contexto de vida, já que não estariam mais sob a proteção do ECA. *“São muitas demandas e quando uma criança é adotada / volta pra casa / tem maior idade isso significa que a equipe não é mais responsável por ela e essa transferência de responsabilidade acaba por ‘encerrar’ um processo” (Psicóloga 2).* A inexistência de serviços, programas ou projetos que auxiliem os egressos dos Serviços de Acolhimento se constitui como empecilho para a concretização do desligamento (GARCIA, 2019, p.95). Uma das técnicas traz um relato de experiência que exemplifica essa questão:

“...o resultado final foi longe do almejado, uma vez que a adolescente não aderiu aos cuidados de saúde mental, desistiu do trabalho, vendeu seu imóvel adquirido pela Minha Casa Minha Vida, rompeu com a referência família/afetiva e permaneceu usando drogas. Cabe mencionar que o fracasso do resultado final é um reflexo de uma vida institucionalizada, da ausência de figuras significativas e escassez de políticas públicas” (Técnica 1).

Por essa razão, o diálogo com a Justiça precisa ser permanente, tendo um planejamento conjunto para o desligamento “de modo a prevenir separações abruptas e permitir a avaliação do momento mais adequado para a ocorrência do desligamento” (GARCIA, 2019, p.86). Uma das psicólogas do LEVICA entrevistadas ao mencionar um caso de desligamento que acompanhou, nos relatou que conseguiu junto com a equipe de intervenção, através de um relatório psicológico para uma audiência concentrada da paciente atendida na Associação Vida Plena de Mesquita, pleitear junto ao juiz e à equipe técnica, a prorrogação por até 6 meses do tempo de sua paciente na casa de acolhimento, porém, relatou também que algumas tensões a respeito dessa decisão ocorreram devido a alguns posicionamentos contrários da equipe técnica da casa de acolhimento. O que demonstra como toda rede de atendimento necessita estar coesa e integrada para melhor

atingir o objetivo final que é a desinstitucionalização do adolescente de forma satisfatória e com menos danos possíveis.

O trabalho do LEVICA nesses casos se dá em parceria com a Associação Vida Plena de Mesquita e a Vara da Juventude, Infância e Idoso da Comarca de Nova Iguaçu, prezando pelo trabalho interdisciplinar e oferecendo atendimento psicoterápico a essas adolescentes, participando de reuniões técnicas nos fóruns, acompanhando processos de desinstitucionalização por maioria, por reintegração familiar ou por ingresso em família substituta, oferecendo atendimento, inclusive, para esses cuidadores e responsáveis das adolescentes (PEIXOTO; GONÇALVES; ROZARIO, 2019).

6.3.2 Do ECA à Política Nacional de Juventude

Estando o jovem já fora da instituição e desprovido da proteção especial do ECA, cabe então a outras políticas preencherem a lacuna de amparo. No Brasil, temos a Política Nacional de Juventude (PNJ) (2005) essa tem uma distância temporal considerável comparado ao período de promulgação do ECA, o que denuncia o quanto tardio se fez o olhar focal para essa faixa-etária no país, tendo a atenção primordial sido direcionada aos menores de 18 anos por algum tempo. De acordo com a PNJ, considera-se o período da juventude aquele que vai dos 15 aos 29 anos, englobando a fase da adolescência prevista no ECA e se estendendo até a fase pós jovem-adulto.

Após a reformulação e recuperação da infância a partir da Doutrina de Proteção Integral, coube ao jovem carregar os deméritos da Doutrina de Situação Irregular, sendo conceitualizados como “juventudes em situação de risco” e tendo suas políticas voltadas apenas para a “resolução de problemas”, visando conter riscos potenciais de uma juventude em evidência que caracterizava-se pelo hedonismo, violência e envolvimento com gangues (SILVA, 2010). Apenas na década de 2000 a juventude entra em pauta na proteção do Estado, depois de pressões de grupos e movimentos sociais para a criação de políticas que contemplassem suas necessidades e não apenas os “desvios”, entretanto, as primeiras ações se deram voltadas a inserção no mercado de trabalho, como o Programa Primeiro Emprego de 2004, no ano seguinte o Governo cria então uma política nacional integrada que pensasse o desenvolvimento pleno do jovem brasileiro, a PNJ, culminando logo após na criação do Conselho Nacional da Juventude (SILVA, 2010). Entretanto, embora os avanços, pensar a juventude brasileira ainda é uma prática recente e que ao ser colocada em debate acaba, por vezes, direcionando o olhar apenas para a educação e profissionalização, principalmente de jovens em situação de vulnerabilidade e de risco.

“Se as políticas continuarem atuando apenas na melhoria de índices de escolaridade desses jovens, em caráter emergencial, os resultados serão sempre insatisfatórios. Pois é fato que uma educação de qualidade conjugada com a transferência de renda e acesso à saúde, moradia, cultura e lazer são fatores imprescindíveis para a emancipação da juventude brasileira” (SILVA, 2010, p.72).

A política para juventude no Brasil parece estar ainda se maturando e, logrando, de forma tímida os efeitos previstos, principalmente ao considerarmos que o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) tem apenas 7 anos. Mas há nessa porta um grande potencial para que se construa e desenvolva ações, projetos e programas específicos para atender os adolescentes egressos das unidades de acolhimento que passam pela desinstitucionalização por maioridade.

6.3.3 *Um olhar para os aspectos psicológicos e afetivos*

Até o momento, nesse capítulo, temos abordado o desligamento com seus atravessamentos sistêmicos no contexto macro, meso e micro, mas ainda é preciso ressaltar o aspecto emocional e psicológico dos adolescentes em processo de desinstitucionalização, a isso se dedicará esta subseção. Há de se considerar as mudanças que ocorrem no nível emocional e afetivo, esse momento de transição pode se apresentar como uma situação de conflito entre estar na instituição e estar na sociedade, como se fizessem parte de “dois mundos” e nenhum ao mesmo tempo (SILVA, 2010).

Abreu (2016 p.68) apud Garcia (2019, p.9) adverte a importância dos adolescentes relatarem para alguém o que viveram até o momento do desacolhimento, que é um macro importante em suas vidas, para que possam dar continuidade às suas trajetórias. Completa ainda que “é necessária a existência de uma rede articulada que trabalhe também a saúde mental das adolescentes, visto que o Serviço de Acolhimento não consegue dar conta desse aspecto”. (Ibid., p.9). A assistência psicológica também foi um ponto abordado pelas técnicas durante as entrevistas, e há por parte dessas uma preocupação com o estado emocional das meninas durante o processo de desligamento, uma delas ao falar sobre as características que os profissionais envolvidos em processos de desinstitucionalização de adolescentes deveriam desenvolver, diz que é preciso “*permitir que essa adolescente tenha segurança em expor seus medos e angústias e que confie que tal profissional poderá auxiliar na construção de estratégias que possa amenizar a dor desse processo*” (Técnica 1). Segundo uma das psicólogas do LEVICA sobre seu trabalho junto a equipe da casa de acolhimento, “*buscava mostrar através de*

dados, evidências o que enxergava como terapeuta, no caso de audiências isso se dava através dos relatórios e presença física no dia da audiência. Como o respeito nesse momento já havia sido estabelecido, como LEVICA já tínhamos oportunidade de falar nas audiências” (Psicóloga 1).

Apesar do reconhecimento tanto do trabalho em rede quanto da importância de considerar o aspecto psicológico nesse processo, a fala de outra psicóloga do LEVICA nos revela uma realidade um pouco diferente na prática da instituição. *“Era muito complicado estabelecer um trabalho em rede com a equipe técnica da casa de acolhimento. O desejo de articulação não parecia ser recíproco. E as vezes, dava impressão de que eles escondiam algumas informações” (Psicóloga 3), e continua, “Eu nunca fui convidada para participar das decisões e reuniões de estudo de caso. Mas eu ligava constantemente para a psicóloga da casa de acolhimento e todo mês eu marcava uma reunião com as técnicas para dar a minha opinião sobre as decisões relacionadas a minha paciente” (Psicóloga 3).*

Ao serem questionadas sobre como percebem a atuação do psicólogo nos processos de desinstitucionalização, todas as psicólogas tiveram respostas positivas, entendendo a prática da escuta clínica como um importante facilitador do processo. Destaca-se a fala da Psicóloga 3:

“O desligamento institucional é para o adolescente um momento permeado por sentimento de tristeza, medo, insegurança, devido as novas demandas que irão surgir. Dessa forma, o psicólogo pode propiciar um ambiente de apoio afetivo, acolhedor e fazer intervenções que busque amenizar o sofrimento relacionado a esse período. E a atuação do psicólogo também é muito importante pois ele pode auxiliar a equipe multiprofissional envolvida no caso, a tomarem decisões que priorizem o que é melhor para o adolescente, de uma forma mais humanizada”.

Outro aspecto importante no que tange à saúde mental é o uso de medicamentos psicotrópicos, duas meninas parecem fazer uso desses na casa de acolhimento e são acompanhadas pelo CAPSi, da cidade, entretanto não possuem um diagnóstico fechado. Na primeira oficina realizada uma delas encontrava-se bem letárgica e teve dificuldades em executar algumas tarefas, segundo a equipe técnica essa adolescente tomava remédio também por conta de seus “ataques de raiva”, nos quais ela ficava agressiva. Uma das psicólogas do LEVICA, ao falar de uma paciente que acompanhou na instituição, nos trouxe: *“Quando ia pra escola ela dormia porque ela tomava uma série de medicações*

pra controlar o (entre aspas – fala da psicóloga) “surto”, ela fazia acompanhamento no CAPSi e ela tomava muitos remédios e isso dava sono”. (Psicóloga 1). Essa é uma questão de extrema importância para se analisar e, de fato, muito séria no cotidiano das instituições e no trato com as adolescentes, entretanto, devido às limitações apresentadas pela pesquisa, considera-se que não temos dados suficientes para inferir sobre essa situação dentro da instituição. Entretanto, Nascimento, Lacaz e Filho (2010, p.58) afirma que “no espaço dos abrigos a medicalização tem sido um dispositivo dos mais eficazes” na direção de estabelecer o controle e domínio dos acolhidos. Sugere-se assim estudos mais específicos e aprofundados sobre a relação das instituições de acolhimentos e seus profissionais e a medicalização das adolescentes acolhidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como cogitarmos que ao “desligar” o adolescente do serviço de acolhimento, sua história institucional irá desaparecer, assim como os motivos que o levaram para o acolhimento estarão impressos em sua história de vida, as marcas de uma vida institucionalizada também estarão. O que se pretende ao analisar a situação de desinstitucionalização, longe de depositar sobre essa um juízo de valor, é pensar em formas funcionais para que esse processo ocorra, partindo do princípio de causar o menor dano possível, seja emocional, físico ou psicológico, ao adolescente em questão, ou mesmo para que esse processo gere autonomia e segurança necessária ao adolescente para iniciar uma vida em outro contexto. Entendendo que a rede de proteção, a casa de acolhimento, os demais equipamentos e o sistema judiciário têm sobre si um grande desafio prático, sustentados por um grande aporte legal para que ações e intervenções específicas com essa população possam ser desenvolvidas, a sociedade civil e outras instituições intermediárias devem também se comprometer com esse desenvolvimento

Os resultados e dados obtidos revelam que a falta de um recurso teórico-prático que oriente os profissionais durante o desligamento institucional por maioria, a rotatividade da equipe técnica, a dificuldade em estabelecer parceria com organizações que ofereçam cursos ou atividades extracurriculares para as adolescentes e a abordagem tardia com as próprias sobre o assunto, apresentarem-se como os principais obstáculos para o processo de desinstitucionalização na Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras. Essas dificuldades se demonstraram potencializadas devida a situação de calamidade pública em que nos encontramos no atual momento, não em vão, foi promulgada nesse período a Lei 8897/2020 no estado do Rio de Janeiro, visando realizar o desligamento de forma menos danosa possível.

Nesse sentido se mostra a importância do presente estudo, trazendo apontamentos e informações para que se repense o manejo de casos de desligamento institucional por maioria, tendo como perspectiva a proteção integral dos adolescentes, levando em conta o desenvolvimento de autonomia para uma vida adulta, as relações nos diferentes microsistemas que esses transitam e também os atravessamentos macrosistêmicos que muito influenciam suas trajetórias na instituição. Faz-se necessário, assim, o desenvolvimento de forma sistêmica e gradual de projetos de vida com esses adolescentes. Além disso, esse estudo comprovou como as pesquisas qualitativas necessitam ter um olhar sistêmico, entendendo que os participantes e sujeitos da pesquisa

são também agentes da mesma, bem como, seu contexto, tempo e relações são, não só dados de pesquisa, como também grandes niveladores e influenciadores dessa.

Quanto às limitações desse estudo, atestamos que nem todos os objetivos específicos e as questões de pesquisa foram respondidas no decorrer do mesmo, principalmente as que prezavam pelo lugar de fala das adolescentes que se encontram em medida protetiva de acolhimento institucional, e sua visão a respeito do processo de desinstitucionalização, desfalcando assim os dados no que tange aos principais sujeitos envolvidos nesse processo. Deixamos dessa forma indicações para que novos estudos e pesquisas sejam desenvolvidos tendo como ponto de partida a escuta sensível dos adolescentes acolhidos. Apesar da ocorrência de interferências no macrosistema e do tempo no qual esse trabalho foi desenvolvido, devido a pandemia da Covid-19 que se mostrou como um desafio pessoal, coletivo, social e também político, considera-se que o material produzido responde ao objetivo geral dessa pesquisa, que era entender o processo de desligamento institucional por maioria numa instituição de acolhimento específica da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que traz suas particularidades quanto aos motivos de acolhimento, condução de casos e trabalho em rede.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1990.

ALVES, E.S. Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. 2001. *Revista Linhas*. Recuperado de <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/search>.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. In *Psicol. cienc. prof.* [online]. vol.23, n.1, p.70-75, 2003. ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>.

ASSIS, T.C. *18 anos, e agora? Perspectivas pós acolhimento institucional*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. In *D.E.L.T.A.*, 31- especial, p. 97-126, 2015.

BASTOS, R. O. *Projetos de Vida de Jovens Institucionalizados*. 2014.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. In *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. Vol. 11, n. 1, p. 63-76, 2007.

BRASIL. *A Lei da Aprendizagem. Lei 10.097/2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm>. Acessado em: 21 de setembro de 2020.

BRASIL. Código de Menores: Mello Mattos. Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927, p. 1. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decreto_17.943%20A_12_out_1927.pdf>. Acesso em julho de 2019.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acessado em 21 de setembro de 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em setembro de 2020.

BRASIL. *Decreto Nº 46966 sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus*. Rio de Janeiro, março de 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n.º 8.069*, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acessado em 15 de abril de 2018.

BRASIL. *Estatuto da Juventude. Lei 12.852*, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm> . Acessado em: 21 de setembro de 2020.

BRASIL. *Lei 8897/2020*. Rio de Janeiro, agosto de 2020.

BRASIL. *Lei Menino Bernardo: Lei Federal n.º 13.010* de 26 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em junho de 2017.

BRASIL. *Levantamento Anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

BRASIL. *Nova Lei de Adoção: Lei Federal nº 12010*, de 3 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em 15 de abril de 2018.

BRASIL. *Orientações Técnicas para Elaboração do PIA de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*, de abril de 2018. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Orientacoestecnicasp araelaboracaodoPIA.pdf>. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, de junho de 2009. Disponível em: <<http://acolhimentoemrede.org.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Orienta%C3%A7%C3%B5es-T%C3%A9cnicas.pdf>>. Acessado em 15 de junho de 2020.

BRASIL. *Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*, 2015. Brasília/DF.

BRASIL. *Política Nacional da Juventude*. Lei no. 11.129, de 2005. Brasília-DF.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência*. GT/PNAS constituído pela Resolução N.º 78, de 22 de junho de 2004, publicada no DOU, de 02 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/PNAS_2004.pdf>. Acessado em 26 de julho de 2020.

BRITES, J. et al. Projecto de vida em lares de infância e juventude. *Journal of Child and Adolescent Psychology*. In *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, vol. 7, n. 1-2, p. 83-92, 2016.

BRITO, A. M. M. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. In *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 10, n. 1, p. 143-149, 2005.

BRONFENBRENNER, U. *Growing chaos in the lives of children, youth, and families: How can we turn it around?* In WESTMAN J. C. (Org.), *Parenthood in America*, Madison: University of Wisconsin Press, 2001, p. 197-210.

BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.B. *Inserção Ecológica: subsídio à produção do conhecimento*. In. KOLLER, S.H.; MORAIS, N.; PALUDO, S.S. (Orgs.) *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano*. (pp. 21-38). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 328p.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPAGNA, V. N.; SOUZA, A. S. L. *Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina*. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 56, n. 124, p. 9-35, 2006.

CARVALHO, J. C. B. *Trajetórias Marcadas: Histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional*. 321p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – PPG/PsiCC, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2015.

CECCONELLO, A.M. *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. (Tese de Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

CECCONELLO, A.M.; KOLLER, S.H. *Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco*. In. KOLLER, S.H.; MORAIS, N.; PALUDO, S.S. (Orgs.) *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano*. (pp. 39-64). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 328p.

CECCONELLO, A.M.; KOLLER, S.H. *Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 515-524, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Adoção de criança: um Cadastro Nacional mais transparente e ágil*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84692-adoacao-de-crianca-um-cadastro-nacional-mais-transparente-e-agil>>. Acessado em abril de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Dados recolhidos do Sistema Nacional de Adoção (SNA)*, de 26 de julho de 2020. Disponível em: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913->

f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=cursel&select=clearall>. Acessado em 26 de julho de 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Ministério Público. (2011) *.Relatório da Resolução 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país.* Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLU ME_1_WEB_.PDF>. Acessado em julho de 2018.

COSCIONI, V. et.al. *Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa.* Psicologia USP. 2018, vol. 29, num. 3, 363-373.

COUTINHO, L. G. *Adolescência e errância: Destinos do laço Social Contemporâneo.* Rio de Janeiro, Nau: 2009.

DESLANDES, S. F. *Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço.* In Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): p. 177-187, 1994.

D'ORNELLAS, L.S. *Acolhimento Institucional no ECA: Teoria e prática,* 2014. Disponível em: < <https://leandrojd.jusbrasil.com.br/artigos/141547875/acolhimento-institucional-no-eca#:~:text=%20Teoria%20e%20pr%C3%A1tica%20%201%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.%20O,dia%20difere%20muito%20do%20imaginado%20pelo...%20More%20>>. Acessado em 23 de junho de 2020.

ERIKSON, E. H. *Identidade: juventude e crise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. *Adolescência através dos Séculos.* In Psicologia: Teoria e Pesquisa. vol. 26 n. 2, p. 227-234, 2010.

FERREIRA, T.H.S.; FARIAS, M.A.; SILVARES, E.F.M. *Adolescência através dos Séculos.* Psicologia: Teoria e Pesquisa. Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 227-234.

GALONI, L. L. *Estudo de caso: aplicação do programa Superar em uma adolescente vítima de abuso e exploração sexual.* (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

GARCIA, N.Z. *Acolhimento institucional e o desligamento obrigatório: trajetórias, significados e perspectivas futuras para as adolescentes*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

GONÇALVES, M. A. S. Escola, adolescência e construção da identidade. In: BAQUERO, R. V. A. (org.). *Agenda jovem: o jovem na agenda*. Ijuí: Ed. Ijuí, p. 173-205, 2008.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. *A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra*. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 34, p.202-213, 05 maio 2015.

GULASSA, M.L.C.R. *Imaginar para encontrar a realidade : reflexões e propostas para trabalho com jovens nos abrigos*. NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção abrigos em movimento). -- 1. ed. -- São Paulo: Associação Fazendo História.

Hope and Homes for Children. *“Um Fim ao Silêncio: Fundamentos para Eliminar a Institucionalização de Crianças e Adolescentes”*, 2017, p. 10.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). *O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: A voz dos adolescentes*. *Psicologia em Revista*, 14(2),113-132.

MINAYO, M.C.S. *Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde*. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. 2001, vol.1, n.2, pp.91-102. ISSN 1519-3829.

MÓDULO CRIANÇA E ADOLESCENTE. Ministério Público. *24º Censo da População Infantojuvenil acolhida*. (2019). Disponível em: < <http://mca.mp.rj.gov.br/24o-censo/>>. Acessado em junho de 2020.

MORAES, A. L. M.; SOARES-SILVA, A. P. O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. In. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online], vol.14, n.2, p. 113-132, 2008. ISSN 1677-1168.

MORAIS, N.A. *Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. In *Psicologia & Sociedade*. vol. 22, n. 3, p. 519-528, 2010.

MOREIRA, M.A. *Acolhimento familiar e institucional em tempos de Covid-19* [Webinar]. Instituto Geração Amanhã, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5PQXnhiTppY>>.

MUSSEN, P. H. et al. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Harbra, 1995.

NASCIMENTO, I. P. *Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações*. Imaginario, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 55-80, jun. 2006.

NASCIMENTO, M. L. *Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização*. *Psicologia & Sociedade*; 24(n.spe.): 39-44, 2012

NASCIMENTO, M. L.; LACAZ, A. S.; ALVARENGA FILHO, J. R. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. *Barbaro*, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 33, p. 50-64, 2010.

OLIVEIRA, A. G. D; MILNITSKY-SAPIRO, C. *Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade*. In *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v.27, n.4, p. 623- 635, 2007.

OLIVEIRA, A. P. G. de; MILNITSKY-SAPIRO, C. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. In *Psicol. cienc. prof.* [online], vol.27, n.4, p.623-635, 2007. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400005>>. Acesso em julho de 2018.

OPAS/OMS. *Estratégia para acabar com violência contra crianças e adolescentes*. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5499:opas>

-oms-apresenta-estrategia-para-acabar-com-violencia-contra-criancas-e-adolescentes&Itemid=820>. Acesso em junho de 2018.

PAIXÃO, M.; CARNAVAO, L.M. *Censo e Demografia: A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros*. In: PINHO, O.A.; SANSONE, L. (Orgs). Raça: novas perspectivas antropológicas. - 2 ed.rv.Salvador: EDUFBA, 2008.

PALUDO, S.; KOLLER, S.H. *Inserção Ecológica no Espaço da Rua*. In: KOLLER, S.H. (Org.) Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil. (pp.219-244). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PEIXOTO, A. C. A. *Um estudo qualitativo sobre os pensamentos e as distorções de crianças e adolescentes vítimas de violência*. Anais do XI Congresso Brasileiro de Terapias Cognitivas da FBTC, 2017 (p. 16). Foz do Iguaçu, Paraná/Brasil.

PEIXOTO, A.C.A.; GONÇALVES, S.M.M.; ROZARIO, G.F. *Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados*. In: DE-FARIAS, A.K.C.R. Ciências da Saúde - O Trabalho de Equipes Multiprofissionais em Diferentes Contextos (pp.115-138) Curitiba: Juruá Editora, 2019.

PEIXOTO, A.F.; NOBRE, B.P.R. *A responsabilização da mulher vítima de estupro*. Revista Transgressões, v. 3, n. 1, p. 227-239, 27 maio 2015.

PORTO, R. T. C.; CASSOL, S. *Zooterapia uma lição de cidadania: O cão sociabilizador e a criança vítima de violência intrafamiliar*. In *Rev. Disc. Jur.* Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 46-74, 2007.

REZENDE, M. M. et al. (Org.) *Psicologia da saúde na escola: lições e desafios*. Edição 1, 208 p., 2018.

RITTER, D. C. S. P. *A infância desvalida: Abandono de crianças na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre*. Lajeado. Dissertação disponível na Biblioteca Digital da Univates, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 88 p., 2004.

ROSA, E. M. et al. *O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional* Estudos de Psicologia, vol. 17, n. 3, p. 361-368, 2018.

ROSA, E. M.; NASCIMENTO, C. R. R.; MATOS, J. R.; SANTOS, J. R. *O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional*. Estudos de Psicologia, 17(3), setembro-dezembro/2012, 361-368.

ROSA, E.M. et.al. *Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças*. Estudos de Psicologia, 15(3), 233-241.

ROSA, M.E. et.al. *Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças*. Estudos de Psicologia, 15(3), setembro-dezembro/2010, 233-241.

ROZARIO, G.F. *A equipe técnica nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*. (Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016).

SACCO, A.M.; KOLLER, S.H. *O método em contexto: Inserção Ecológica em Angola*. In. KOLLER, S.H.; MORAIS, N.; PALUDO, S.S. (Orgs.) *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano*. (pp. 201-214). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 328p.

SACCO, A.M. *Como é a escola dos teus sonhos: direitos da criança, educação e Inserção Ecológica em Angola*. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, E. R. A. da S.; MELLO, S. G. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 416 p., 2004.

SILVA, M.E.S. *Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SIQUEIRA, A. C.; MASSIGNAN, L. T.; DELL'AGLIO, D. D. *Reinserção familiar de adolescentes*. Paidéia set.-dez. 2011, Vol. 21, No. 50, 383-391.

SIQUEIRA, A.C., DELL'AGLIO, D.D. *Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada*. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2007; 17(3): 134-146.

SOUSA, A. C. G.; e BRANDAO, S. N. *Como é ser adolescente do sexo feminino na periferia?*. Psicol. cienc. prof. [online]. 2008, vol.28, n.1, pp. 82-97. ISSN 1414-9893

SPINK, M.J.; MENEGON, V.M.; MEDRADO, B. *Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas*. Psicol. Soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.32-43. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>.

TARDIVO, L. S. de la P. C.; JUNIOR, A. A. P.; SANTOS. M. R. dos. Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do Teste das Fábulas de Düss. Im *PSIC - Revista de Psicologia*. Vetor Editora, v. 6, nº 1, p. 59-66, 2005.

TIMONEN-KALLIO, E.; BERGLUND; K. MANNER, R.; CAULFIELD-DOW, A. *Programa Umbrella*. Tradução de Jorge Fernández del Valle e José Luiz García Quintanal. 2000. 19 p. Título original: The Umbrella Programme.

VINCENTIM, A.G. et.al. *A adolescência e o desligamento do serviço de acolhimento institucional*. Revista Gestão em Foco - Edição no 12 – Ano: 2020.

WEBER, L. N. D. Questionário de investigação geral para crianças abrigadas. In: _____; DESSEN, M. A. (Org.). *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados*. Curitiba: Juruá, p. 148-157, 2009.

ZANELLA, M. N. & LARA, A. M. de. Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais o nascimento da justiça juvenil. USP – Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015.

ANEXO 1 – 1ª parte: Entrevista com o Responsável

INSTRUMENTOS - ADOLESCENTES

1. QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO GERAL PARA CRIANÇAS ABRIGADAS.

Local: _____ Data da aplicação: ____/____/____

Informante:			
Relação de parentesco com o adolescente:			
I – IDENTIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE:			
1.Nome:		2.Sexo: () F () M	
3.Data de Nascimento: ____/____/____		4.Idade:	
4.Cor: () Amarelo () Negro () Branco () Pardo () Indígena		5.Religião:	
6. Frequenta a Escola? () Sim () Não			
7.Escola:		8.Ano/série:	
9.Já reprovou de ano? () Sim () Não		10.Se Sim, quantas vezes e qual(ais) o ano(s)?	
11.Em que escola cursou o Ensino Fundamental:			
() Escola pública		() Escola particular com bolsa	
() Escola particular sem bolsa		() Parte em escola pública, parte em escola particular	
II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR			
1.Pai:			
Profissão:		Idade: ____	
2.Mãe:			
Profissão:		Idade: ____	
3. Situação jurídica: () Suspensão do poder familiar () Destituição do poder familiar			
4.Possui vínculos com a família de origem?() Sim () Não			
5. Visita dos familiares: <input type="checkbox"/> 1x semana <input type="checkbox"/> 1x mês <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Destituídos			
6. Visita do adolescente na família de origem: <input type="checkbox"/> 1x semana <input type="checkbox"/> 1x mês <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Destituídos			
7. Os pais estão vivos? () Sim () Não			
8.Tem irmãos? () Sim () Não		9.Quantos: ____ Estão com ele(a) na instituição () Sim () Não	
10.Quantas pessoas moravam na residência? _____			
Quem morava:			
<input type="checkbox"/> Mãe		<input type="checkbox"/> Avô materna	
<input type="checkbox"/> Pai		<input type="checkbox"/> Avó paterno	
<input type="checkbox"/> Madrasta		<input type="checkbox"/> Avô paterno	
<input type="checkbox"/> Padrasto		<input type="checkbox"/> Tio(a) Quantos? ____	
<input type="checkbox"/> Irmão (a) Quantos? ____		<input type="checkbox"/> Primo(a) Quantos? ____	
<input type="checkbox"/> Avó materna		<input type="checkbox"/> Meio irmão (a) Quantos? ____	

□Outros. Quem? _____	
III – SOBRE O ABRIGO:	
1.Nome da instituição: _____	
2.Há quanto tempo reside no abrigo? _____	
3.Passou por outros anteriormente? () Sim () Não Quantos? _____	
4. Atividades externas à casa: <input type="checkbox"/> Atividade Física <input type="checkbox"/> Artística <input type="checkbox"/> Curso profissionalizante <input type="checkbox"/> Não frequenta	
5. Motivos para o acolhimento:	
() Negligência	() Uso de drogas ilícitas dos pais/responsáveis
() Abandono	() Abuso de álcool dos pais/responsáveis
() Violência Física	() Prisão dos pais/responsáveis
() Violência Sexual	() Morte dos pais/responsáveis
() Violência Psicológica/emocional	() Falta de condições básicas de moradia
Outros:	

IV OUTROS DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA

1. Estado atual de saúde da criança e saúde quando chegou ao abrigo. Tinha lesões corporais? Fez exames de lesões corporais? Fez outros exames? _____
2. Cidade de origem da criança? Se está abrigada em cidade diferente da de origem, qual o motivo? _____

V DADOS SOBRE ABRIGAMENTO

3. Quem trouxe a criança para o abrigo? _____
4. Quem fez a denúncia ou qual foi o motivo do encaminhamento para o abrigo? _____
5. Este é o primeiro abrigo onde a criança mora? 1. sim 2. não
6. Se este não é o primeiro abrigo, em quantos já morou? _____
7. Quais foram _____
8. Se este não foi o primeiro abrigo, que idade tinha quando foi para uma instituição pela primeira vez? _____

APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Responsáveis pelas adolescentes)

- 1) Prezado/a coordenador (a), você está sendo convidado para participar, como voluntário (a) da pesquisa intitulada: “A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA COM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”. Essa pesquisa está sob responsabilidade da psicóloga Luana Luiza Galoni (CRP: 05/56394), aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

- 2) A pesquisa tem o objetivo construir, aplicar e avaliar um protocolo de Projeto de Vida com adolescentes de 13 a 18 anos de idade que estejam em situação de acolhimento na instituição.
- 3) Sua participação consiste em autorizar o adolescente participante do estudo a ??
- 4) Os possíveis riscos envolvidos na pesquisa são: os informantes sentirem algum desconforto ao expor sobre seus relacionamentos interpessoais. Os benefícios são: a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com adolescentes em acolhimento institucional e seus cuidadores. Essa pesquisa também pode ser uma oportunidade que o adolescente e seus cuidadores terão para pensar sobre a vida e sobre seus relacionamentos, o que pode ser interessante e enriquecedor.
- 5) Considerando a possibilidade dos riscos sinalizados anteriormente, tomaremos os seguintes cuidados para sua minimização: (a) antes do início das atividades de pesquisa, a pesquisadora retomará os objetivos, a participação voluntária e a garantia de sigilo das informações. Além disso, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que eles têm total liberdade de não responder a alguma pergunta ou mesmo de entregar o questionário em branco; (b) a pesquisadora estará atenta para fornecer qualquer esclarecimento ou responder qualquer dúvida relativa às perguntas dos questionários; (c) ao término das atividades de pesquisa, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que se alguém sentiu algum tipo de desconforto, poderá procurar a pesquisadora para uma conversa e a mesma entregará ao coordenar da instituição uma lista dos atendimentos psicológicos, contendo telefone e endereço, oferecidos pelo serviço de saúde pública.
- 6) Os dados serão publicados, preservando-se o anonimato dos participantes da pesquisa. Você não terá qualquer custo financeiro para participar desta pesquisa. Não está prevista qualquer forma de ressarcimento financeiro por sua participação ou por custos de tempo de sua parte.
- 7) Esclarecemos que você tem liberdade para retirar seu consentimento no futuro, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores.
- 8) Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o estudo e a participação da adolescente, agora ou a qualquer momento. Eu, pesquisadora, estou compromissada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Resolução CNS 466/12 sobre Pesquisas com seres Humanos, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da UFRJ, localizado no.....

Eu,-----
 responsável pelo (a) adolescente:-----,
 abaixo assinada, estou ciente de que o adolescente fará parte de uma amostra de pesquisa que está sendo realizada nesta instituição. Declaro que, após receber todas as informações descritas anteriormente, que entendi os objetivos da participação do adolescente na pesquisa e concordo deixá-lo (a) participar. Declaro estar ciente: (a) do objetivo da pesquisa, risco e benefícios; (b) da segurança de que não seremos identificados e de que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade dele (a); (c) de que o adolescente poderá solicitar qualquer informação ou tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa e em qualquer momento que julgar necessário; (d) de que o adolescente terá liberdade de recusar a participar da pesquisa.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____.

Rubrica do Responsável
pela adolescente

Rubrica do Pesquisador

Assinatura do responsável (coordenador da instituição)

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ: Rua _____ - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: _____ - Telefone: (021) 981714930 - *Luana Luiza Galoni*; E-mail: Luana.luiza.galoni@gmail.com.

APÊNDICE 2 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

(Anuência do participante da pesquisa, adolescente)

- 1) Você está sendo convidado(a), como voluntário(a) a participar da pesquisa “A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA COM ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”.
- 2) Nesta pesquisa pretendemos construir, aplicar e avaliar um protocolo de Projeto de Vida com adolescentes de 13 a 18 anos de idade que estejam em situação de acolhimento na instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a

ausência de Projetos de Vida com essa população, influenciando assim o desenvolvimento de fatores importantes como noção de história de vida, territorialidade, autonomia e perspectivas futuras.

- 3) Você será entrevistado (a) individualmente, na própria instituição, lembrando que não é uma atividade de prova ou teste, por isso não existem comportamentos e falas certas ou erradas. Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá ter autorizado e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
- 4) Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, como por exemplo, sentir algum desconforto ao falar algo de cunho pessoal. Como benefícios, a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com adolescentes e cuidadores em instituição de acolhimento. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizado o estudo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.
- 5) Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu,

_____, declaro que fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do adolescente

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ: Rua ,.....- Rio de Janeiro, RJ, e-mail: - Telefone: (021) 981714930 - *Luana Luiza Galoni*; E-mail: *Luana.luiza.galoni@gmail.com*.

Rubrica do
participante

Rubrica do Pesquisador

APÊNDICE 3 – Carta de Anuência

Prezada, (nome da coordenadora da instituição)

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria” a ser realizada na Casa de Acolhida Flor de Laranjeiras pela mestranda do Programa de PósGraduação em Psicologia – PPGSI da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Luana Luiza Galoni Pereira, sob orientação do Prof. Dr. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. O referido projeto tem o objetivo de analisar o processo de desligamento institucional de adolescentes do sexo feminino em situação de acolhimento institucional, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados serão um diário de Bordo para registro dos dados coletados durante a observação participante; uma entrevista estruturada com 14 questões direcionadas para a equipe técnica da instituição e aos profissionais que assistem essa população, como educadores sociais e psicólogos do LEVICA; a análise do plano de Atendimento Individualizado (PIA) das adolescentes acolhidas; e realização de oficinas de arte e rodas de conversa com as adolescentes. As questões da entrevista versam sobre o trabalho dos profissionais e suas experiências com processos de desligamento institucional. Para aqueles que concordarem, será marcado a entrevista no equipamento

de acordo com a possibilidade do profissional, ou, de forma remota através de chamadas telefônicas, vídeo-chamadas ou email, procurando respeitar as condições de distanciamento social exigidas para o atual momento. Neste dia será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual serão explicados os objetivos da pesquisa, bem como será informado os possíveis riscos: os informantes sentirem algum desconforto ao expor sobre seus relacionamentos interpessoais, conhecimentos técnicos e aplicados sobre as funções exercidas na instituição e como possíveis benefícios: a pesquisa contribuirá para futuros projetos de intervenção com a equipe técnica de casas de acolhimento. Será informado aos participantes que a desistência da participação na pesquisa pode ocorrer a qualquer momento. Caso os entrevistados permitam, as entrevistas serão áudio-gravadas, preservando-se o anonimato dos profissionais e a confidencialidade das informações obtidas. Garantimos aos participantes a oportunidade de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação. No caso do não cumprimento dos itens acima, a instituição terá a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma. Ressaltamos que os dados coletados serão tratados de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que versa sobre a Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o estudo e a sua participação, agora ou a qualquer momento. Eu, pesquisadora, estou compromissada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Resolução CNS 466/12 sobre Pesquisas com Seres Humanos, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo: Comitê de Ética da UFRRJ. Endereço: BR 465, Km 7, Campus Universitário Seropédica, RJ Rio de Janeiro. CEP: 23.890-000. Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Ana Cláudia Peixoto – SIAPE: 1808252

(Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRRJ).

Tel.: 21999417759.

E-mail: claudiaapeixoto@gmail.com

Luana Luiza Galoni Pereira - CRP: 05/56394

Tel (21) 981714930

E-mail:Luana.luiza.galoni@gmail.com

Seropédica, 21 de julho de 2020.

() Concordamos com a solicitação () Não concordamos com a solicitação

(nome e carimbo da coordenadora da instituição)

APÊNDICE 4 – Entrevista para técnicas

Pesquisa: *“A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional”*

Aplicadora: Luana Luiza Galoni Pereira

Contato: Luana.luiza.galoni@gmail.com

(21)981714930

***Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que venham a surgir durante a resposta das perguntas.**

ENTREVISTA

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Município de atuação: _____

Ocupação na instituição: _____

Cargo Técnico: _____

1. Há quanto tempo está/esteve nesse cargo?

() 0 – 1 ano

() 1- 2 anos

() 3- 4anos

() mais de 05 anos

2. Tem experiência em outras casas de acolhimento?_____

() Não

() SIM. Qual?_____

3. Tem experiência e algum outro equipamento da Rede de Assistência?_

() Não

() SIM. Qual?_____

4. Como você entende o processo de desligamento institucional?

5. Você recebeu algum tipo de treinamento para fazer o processo de desligamento?

() Não

() SIM.

6. Se sim, qual foi e como foi realizado?

7. Já fez parte de algum processo?

() Não

() SIM.

8. Se sim, Como foi sua participação?

9. Como avalia o processo e o resultado final?

10. A Casa costuma fazer algum tipo de contato com a adolescente que já se desligou?

() Não

() SIM.

11. Se sim, de que forma?

12. Como avalia os outros aparelhos da Rede e da Assistência e suas contribuições para o êxito do desligamento?

13. Quais as orientações que acrescentaria para um profissional que atua fazendo desligamento?

14. Utilizou ou conhece algum protocolo para realizar o desligamento institucional?

APÊNDICE 5 – Entrevista para psicólogas

Pesquisa: “*A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional*”

Aplicadora: Luana Luiza Galoni Pereira

Contato: Luana.luiza.galoni@gmail.com

(21)981714930

***Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que venham a surgir durante a resposta das perguntas.**

ENTREVISTA

Nome: _____

Idade: _____

Profissão/ocupação: _____

Município de atuação: _____

Instituição de atuação: _____

Ocupação na instituição: _____

1. Há quanto tempo está/esteve nesse cargo?
2. Tem experiência em outras casas de acolhimento?
3. Tem experiência e algum outro equipamento da Rede de Assistência? Qual?
4. Como você entende o processo de desligamento institucional
5. Já fez parte de algum processo? Se sim, como foi sua participação? Como avalia o processo e o resultado final?
6. Pela sua experiência, como o processo de desligamento é conduzido pelas casas de acolhimento e Comarcas? O que pensa sobre?
7. Como era sua relação com a equipe técnica da casa de acolhimento e do fórum, respectivamente?
8. Você tinha participação nas decisões e reuniões de estudo de caso? Se sim, como se dava?
9. Qual foi seu maior desafio ao acompanhar um paciente em processo de desligamento institucional?
10. Quantos casos você acompanhou?
11. Você ainda mantém contato com algum desses pacientes ou tem conhecimento de como se encontram no momento?
12. Como você percebe a atuação de psicólogos nesses casos?
13. Quais as orientações que acrescentaria para um profissional que atua fazendo desligamento?